



PORTUGAL 2020 | POR Lisboa 2014-2020

PAICDLx

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA COMUNIDADES DESFAVORECIDAS
DO MUNICÍPIO DE LISBOA

Índice

1. Introdução	3
2. Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP)	3
3. Caracterização dos territórios BIP/ZIP de Lisboa	6
4. Análise SWOT.....	11
5. Comunidades Desfavorecidas a intervir no âmbito do PAICD	13
6. Caracterização das Comunidades Desfavorecidas a intervir no âmbito do PAICD.....	22
7. Estratégia de Intervenção PAICD.....	29
8. Investimentos a realizar, realizações e resultados esperados	37
Acrónimos.....	39
Links úteis	39

Índice de Figuras

Figura 1 Variáveis de análise na identificação de territórios de intervenção prioritária (BIP/ZIP)	4
Figura 2 - Indicadores sociais e económicos, urbanísticos e ambientais (territórios BIP/ZIP)	5
Figura 3 - Carta BIP/ZIP – Bairros ou Zonas de Intervenção prioritária de Lisboa	6
Figura 4 - Bairros ou Zonas de Intervenção prioritária de Lisboa (<i>Freguesias de Santa Clara, Marvila e Santa Maria Maior</i>)	7
Figura 5 - Indicadores sociais e económicos, urbanísticos e ambientais (territórios BIP/ZIP)	7
Figura 6 - População que não concluiu nenhum nível de estudos (%).....	8
Figura 7 - População desempregada (2008 e 2014)	9
Figura 8 - Subsídio de Desemprego e prestações sociais (RSI e CSI)	10
Figura 9 - Análise SWOT.....	12
Figura 10 - Índice da Qualificação dos Residentes e BIP/ZIP	14
Figura 11 - Taxa de indivíduos residentes que não sabem ler nem escrever e BIP/ZIP	15
Figura 12 - Taxa de Desemprego e BIP/ZIP.....	16
Figura 13 - Bolsas Territoriais	17
Figura 14 - Fogos Vagos em BIP/ZIP	18
Figura 15 - Nível de Investimento no âmbito do Contrato Programa GEBALIS e BIP/ZIP's.....	19
Figura 16 – Localização da Zona de Alvenaria do Bairro Padre Cruz e Boavista	20
Figura 17 Fotografias da Zona de Alvenaria do Bairro Padre Cruz e Boavista	20

Figura 18 – Bolsas Territoriais e BIP/ZIP's correspondentes.....	22
Figura 19 - BIP/ZIP: 9 - Ourives; 30 - Condado; 34 - PRODAC; 47 - Horizonte; 53 - Marvila.....	23
Figura 20 - BIP/ZIP: 6-Quinta da Torrinha; 8-Ameixoeira(PER); 21A-Galinheiras –a)Ameixoeira; 66-Charneca do Lumiar; 67-Alta de Lisboa Centro; 22-Alta de Lisboa Sul	24
Figura 21 - BIP/ZIP: 3-Quinta do Cabrinha; 13-Bela Flor; 14-Liberdade	24
Figura 22 - BIP/ZIP: 2-Dois de Maio; 63-Rio Seco	24
Figura 23 - BIP/ZIP: 10 – Bairro da Boavista	25
Figura 24 - BIP/ZIP: 16 – Bairro Padre Cruz	25

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Alojamentos e nº de habitantes por Bolsa Territorial	26
Gráfico 2 - Distribuição da população residente nas Bolsas Territoriais por estrato etário (INE, Censos 2011)	27
Gráfico 3 - Habilitações Académicas no total das bolsas territoriais PAICD e na Cidade de Lisboa (INE, Censos 2011).....	27
Gráfico 4 - População empregada e em idade activa (25-64) por bolsa territorial PAICD (INE, Censos 2011)	28

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Dados estatísticos relativos ao edificado e à população nas bolsas territoriais do PAICD (INE, Censos 2011)	25
Tabela 2 - Distribuição da população residente nas Bolsas Territoriais por estrato etário (INE, Censos 2011)	26
Tabela 3 - Habilitações Académicas por bolsa territorial PAICD e na Cidade de Lisboa (INE, Censos 2011) .	28
Tabela 4 - Investimento em acções imateriais que têm como promotor o município	32

1. Introdução

A cidade de Lisboa caracteriza-se por uma significativa diversidade de contextos socioeconómicos, que estabelecem, de um ponto de vista territorial, a existência de uma fractura socio-urbanística relevante, que compromete os níveis de coesão social.

Com efeito, é possível reconhecer no tecido urbano da capital um conjunto de territórios que, pela sua génese e características, revelam a existência de processos de segregação urbana de formação de bolsas de pobreza e de desfavorecimento social, económico e urbanístico. Na maior parte dos casos, estes territórios associam-se a áreas de alojamento social, reflectindo as consequências resultantes de um modelo de política habitacional pública que privilegiou, durante décadas, a construção de bairros sociais destinados a famílias carenciadas, concentrando privações, problemas e dificuldades em áreas da cidade situadas sobretudo na periferia e, portanto, já de si desfavorecidas em termos urbanísticos. Ou seja, as manchas de pobreza e desfavorecimento urbano da cidade de Lisboa associam-se a territórios cuja génese decorre, em regra, de processos de mobilidade de populações desfavorecidas, que acabam por se concentrar num conjunto de áreas dispersas por certas zonas da cidade e cuja visibilidade se acentua quando se procede ao mapeamento de diferentes indicadores de carência (social, económica, urbanística e ambiental).

No seu conjunto, estas áreas urbanas configuram o universo de bairros e territórios de intervenção prioritária, os territórios BIP/ZIP que a Câmara Municipal de Lisboa identificou e mapeou em 2010. E é justamente sobre esse conjunto de territórios que o presente plano – no âmbito da elaboração do “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Lisboa” – se focaliza, procurando enquadrar, numa visão coerente e de conjunto, as respostas aos problemas e desafios que estas comunidades suscitam.

2. Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP)

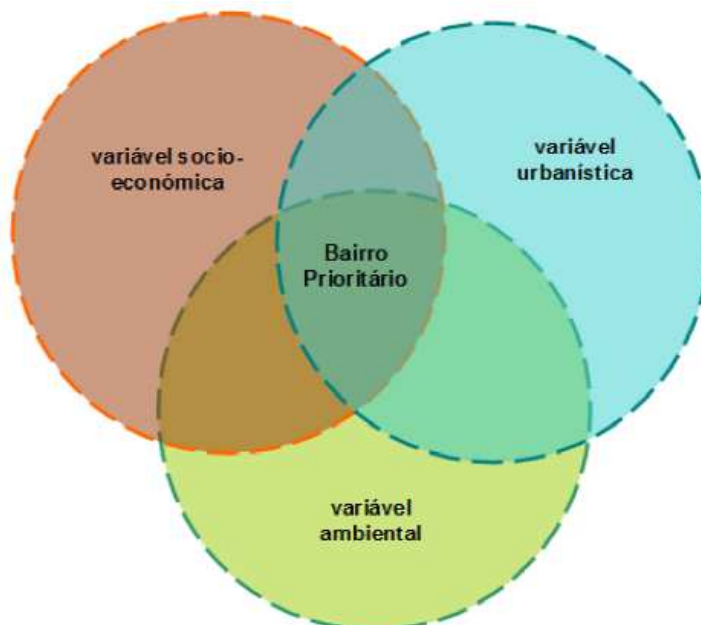
O Programa Local de Habitação (PLH), aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Assembleia Municipal em finais de 2009 ([link](#)), estabeleceu entre os seus objectivos a «*melhoria da qualidade de vida urbana e da coesão territorial*», suscitando desse modo a necessidade de identificar os territórios mais carenciados da capital, tendo em vista o desenvolvimento de intervenções prioritárias, enquadradas por processos de «*regeneração e requalificação urbana*».

Nesse âmbito, assumiram-se como «*Bairros de Intervenção Prioritária*» (BIP), os bairros onde se concentram carências sociais, alojamentos degradados ou défice de equipamentos e transportes e que, por essa razão, necessitam de intervenção por parte do município. O mesmo pressuposto foi assumido relativamente às «*Zonas de Intervenção Prioritária*» (ZIP), que não podendo ser caracterizadas como «bairros», evidenciavam contudo características e problemáticas de natureza socio-urbanística semelhante.

A identificação de territórios BIP/ZIP na malha urbana de Lisboa foi efectuada a partir de três vertentes de análise, relativas à situação socioeconómica, urbanística e ambiental, sendo cada uma destas dimensões avaliada a partir de diferentes indicadores (figura e quadro seguintes).

Assim, em matéria de **indicadores socioeconómicos**, procedeu-se uma análise comparativa que privilegiou, entre outros, o peso relativo da população não empregada e da população com menores níveis de habilitações escolares ou a avaliação dos níveis de rendimento. No âmbito de **indicadores urbanísticos**, considerou-se por exemplo o estado de conservação do edificado, a cobertura da rede de transportes públicos ou de equipamentos sociais (creches e jardins de infância). Na vertente dos **indicadores ambientais**, foi considerado, entre outros, o grau de cobertura da rede de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos ou o estado de conservação do espaço público.

Figura 1 Variáveis de análise na identificação de territórios de intervenção prioritária (BIP/ZIP)



Tendo em conta a análise territorial destes indicadores, foram mapeados índices de carência social e urbana. A sobreposição analítica destes índices permitiu a delimitação de um índice composto que resulta como “mancha” de concentração de carências do concelho.

Este processo contou ainda com a integração das delimitações municipais susceptíveis de serem consideradas como territórios de intervenção prioritária, por serem áreas com concentração de carências (sociais e urbanas) já referenciadas no relatório de diagnóstico do Plano Local de Habitação, considerou: a) as *Áreas Críticas de Recuperação e Reversão Urbanística* (ACRRU); b) as *Áreas Urbanas de Génese Ilegal* (AUGI); c) os *Bairros Municipais sob gestão da Gebalis* onde existem maiores problemas sociais, económicos e urbanísticos; d) as zonas remanescentes dos *Programas de Realojamento PIMP e PER*; e) os bairros onde se realizaram *Operações SAAL* a seguir

ao 25 de Abril (mas que não viram os seus processos concluídos); f) a zona de intervenção da *SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana Ocidental*; e, g) a zona da freguesia de *Marvila* onde se situam os bairros dos Lóios, Amendoeiras, Condado, Flamenga e Armador, para os quais existe um protocolo entre a CML e o IHRU no âmbito do programa “Viver Marvila”.

Figura 2 - Indicadores sociais e económicos, urbanísticos e ambientais (territórios BIP/ZIP)

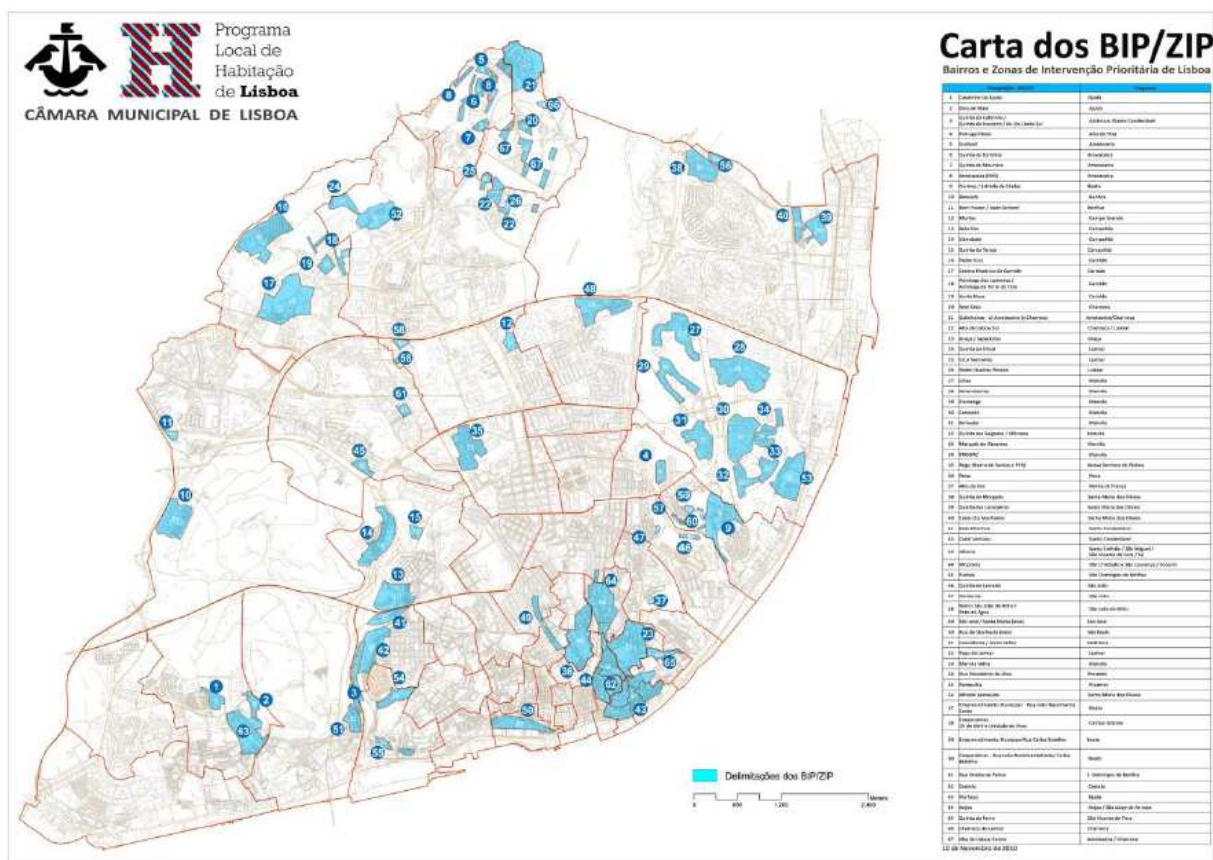
<p>Indicadores Sociais e Económicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● População não empregada ● População com baixas qualificações ● População imigrante ● Índice de Envelhecimento ● Prestações sociais (RSI, CSI e SD) ● Sentimento de Segurança (zonas urbanas sensíveis) ● Áreas com falta de segurança ● Níveis de rendimento (escalões de IRS) ● Valor patrimonial das fracções ● Emprego / Balanço Social das Empresas
<p>Indicadores Urbanísticos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Estado de conservação do edificado ● Alojamentos vagos ● Idade dos edifícios ● Cobertura da rede de transportes públicos ● Níveis de rendimento (escalões de IRS) ● Cobertura da rede pública de creches ● Cobertura da rede pública de jardins de infância
<p>Indicadores Ambientais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Cobertura da rede de recolha selectiva de RSU ● Estado de conservação do espaço público ● Áreas com iluminação insuficiente

Resulta assim a identificação da “Fractura Sócio-Territorial de Lisboa”, que expressa a concentração de carências sociais e urbanas. Focando nos territórios da cidade abrangidos pela “Fractura Sócio-Territorial”, foram identificados de forma preliminar um conjunto de Territórios Prioritários, formando a primeira versão da Carta BIP/ZIP. Com base na Deliberação Municipal XX de XX, esta carta e todo o processo de identificação dos BIP/ZIP foi submetido a Consulta Pública.

Esta Consulta Pública, para além da sua abrangência universal no que diz respeito à participação dos cidadãos, teve também como estratégia a activação de participação directa das organizações e comunidades locais nos territórios BIP/ZIP preliminarmente identificados. Promoveu também um inquérito para a identificação na primeira pessoa das temáticas que representam maior relevância para os cidadãos nos seus territórios tendo sido recebidos inúmeros contributos individuais e de organizações.

Deste processo resultou a identificação e delimitação de 67 Bairros ou Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) de Lisboa, que configuram a “Carta BIP/ZIP” ([link](#)).

Figura 3 - Carta BIP/ZIP – Bairros ou Zonas de Intervenção prioritária de Lisboa



Nota: Deliberação 616/2010, CM de 17 de Novembro e AM de 1 de Março de 2011

3. Caracterização dos territórios BIP/ZIP de Lisboa

Os territórios BIP/ZIP constituem assim, unidades espaciais flexíveis cuja dimensão aponta para a escala do bairro ou de uma aglomeração de bairros. Essa circunstância torna difícil proceder a uma caracterização específica actualizada destes espaços urbanos, uma vez que a maioria dos dados mais recentes disponíveis, em diferentes domínios, não se encontra desagregada a níveis que permitam proceder a essa mesma caracterização.

De facto, se mesmo à escala da freguesia o mapeamento da situação social se torna muitas vezes difícil, à escala do bairro tal só é possível no contexto de dados censitários decenais (por aproximação às secções e subsecções estatísticas) e, inclusive nesses casos, com um espectro de informação consideravelmente limitado.

Uma das formas para tentar contornar estes constrangimentos ao nível do diagnóstico, tendo em vista viabilizar uma caracterização dos territórios BIP/ZIP, no sentido de ilustrar a sua «desvantagem comparativa» face aos valores médios obtidos para a cidade de Lisboa, consiste em identificar freguesias em que as áreas urbanas correspondentes a territórios BIP/ZIP, no seu seio,

assumem um significado relevante. Isto é o que se verifica no caso das freguesias de Santa Clara, Marvila e Santa Maria Maior.

Figura 4 - Bairros ou Zonas de Intervenção prioritária de Lisboa (Freguesias de Santa Clara, Marvila e Santa Maria Maior)

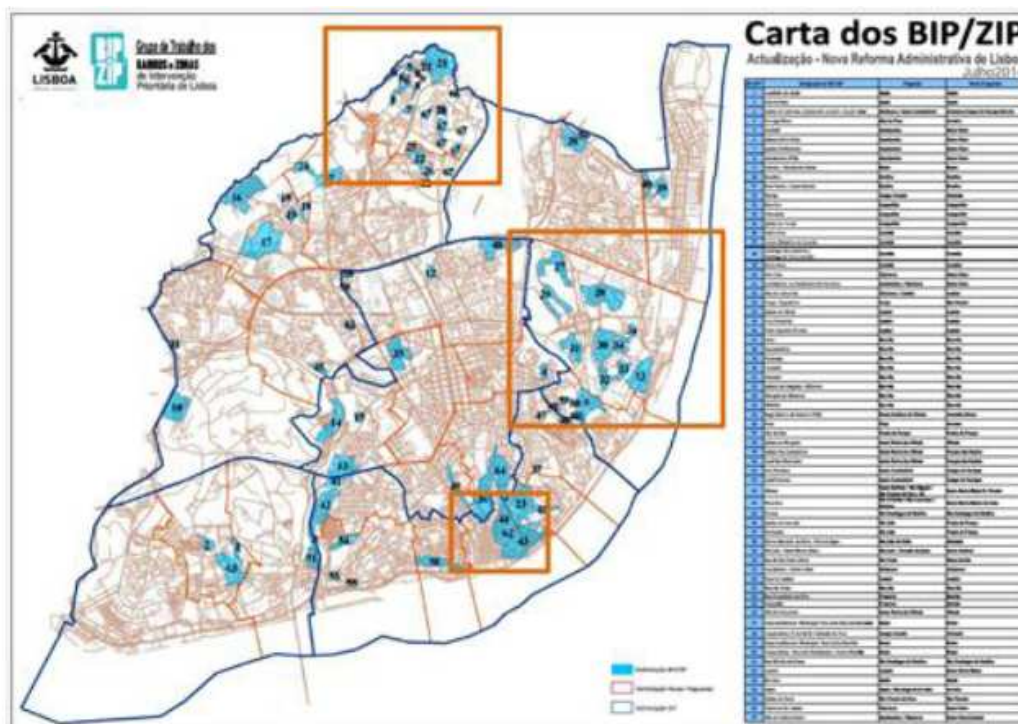


Figura 5 - Indicadores sociais e económicos, urbanísticos e ambientais (territórios BIP/ZIP)

Concelho	Freguesia	População (2011)		Rácio população %BIPZIP/Freguesia
		Freguesia	BIP/ZIP	
Lisboa	Marvila	37.793	34.474	91%
Lisboa	Santa Clara	22.480	13.899	62%
Lisboa	Santa Maria Maior	10.331	9.919	96%
TOTAIS		70.604	58.292	83%

No exercício que se segue, é a partir destes três exemplos que se procura analisar um conjunto de indicadores relevantes nos domínios da **educação**, **emprego** e **exclusão social**, para testar a persistência da fractura socio-territorial na cidade de Lisboa que os territórios BIP/ZIP no seu conjunto configuram.

Educação

Ao nível das habilitações escolares, são bastante expressivas as diferenças entre as freguesias identificadas como ilustrativas dos territórios BIP/ZIP e os valores que se registam à escala da cidade de Lisboa. A percentagem de população que não concluiu nenhum nível de estudos, por exemplo, situa-se em 23% na freguesia de Santa Clara, em 21% na freguesia de Marvila e em 17% na freguesia de Santa Maria Maior. Considerando a cidade de Lisboa no seu conjunto, este indicador ronda os 15% em 2011.

Contudo, se considerarmos também a população que apenas concluiu o 1º ciclo do ensino básico, adicionando-a à população que não concluiu nenhum nível de ensino, as discrepâncias tendem a acentuar-se. Na freguesia de Santa Clara passa-se para um valor de 46%, na freguesia de Marvila para um valor na ordem dos 51% e em Santa Maria Maior de cerca de 42%. Na cidade de Lisboa, o peso relativo de residentes que não concluíram nenhum nível de ensino ou apenas concluíram o 1º ciclo do básico ronda os 35%. Ou seja, se cerca de um em cada dois residentes nas freguesias ilustrativas dos territórios BIP/ZIP apresenta baixos níveis de escolaridade, no caso de Lisboa estamos a falar de uma proporção de um em cada três residentes.

Figura 6 - População que não concluiu nenhum nível de estudos (%)

	População que não concluiu nenhum nível de estudos (%)	População que apenas concluiu o 1º ciclo do ensino básico	População que não concluiu nenhum nível de estudos ou que apenas concluiu o 1º ciclo (%)
Freguesias «ilustrativas» dos territórios BIP/ZIP (média)	20%	26%	46%
• Santa Clara	23%	23%	46%
• Marvila	21%	30%	51%
• Santa Maria Maior	17%	25%	42%
Cidade de Lisboa	15%	20%	35%

Estes dados, reveladores de um défice social em termos de níveis de escolarização nas áreas urbanas desfavorecidas, por comparação com os valores que se obtém para a cidade de Lisboa no seu conjunto, são congruentes com as características das populações residentes nos territórios BIP/ZIP, nomeadamente nos que correspondem a zonas de realojamento. De facto, trata-se na maioria dos casos de populações e comunidades realojadas (que residiam anteriormente em bairros de barracas, áreas de alojamento clandestino ou situações habitacionais precárias), nas quais as situações de analfabetismo, de insucesso e abandono escolar precoce, de desvalorização da escola assumem contornos culturais e geracionais, contribuindo para a reprodução dos ciclos de pobreza e desfavorecimento.

De facto, ao nível das taxas de analfabetismo estas discrepâncias socio-territoriais confirmam-se: A freguesia de Marvila surge no topo com 7% de analfabetos entre a população residente; Santa Clara atinge os 6% e Santa Maria Maior aproxima-se dos 5%. Na cidade de Lisboa, a taxa de analfabetismo ronda os 3% em 2011.

Desemprego

Quando se analisa a população desempregada, inscrita nos centros de emprego, por freguesia, as discrepâncias entre os territórios BIP/ZIP e os valores médios da cidade de Lisboa voltam a evidenciar-se. De facto, a estimativa da taxa de desemprego para a freguesia de Santa Clara ronda os 12% no quarto trimestre de 2014, cerca de 10% em Marvila e 9% em Santa Maria Maior. Para a cidade de Lisboa no seu conjunto, o número de desempregados inscritos nos centros de emprego no final de 2014, ponderado pela estimativa da população activa, ronda os 3%.

Numa perspectiva de evolução recente, considerando o período entre 2008 e 2014, que corresponde ao início da crise e ao processo de ajustamento, verifica-se, para o conjunto da cidade de Lisboa, um aumento do número de inscritos nos centros de emprego na ordem dos 62%. À escala das freguesias ilustrativas dos territórios BIP/ZIP, o aumento do número de desempregados inscritos situa-se nos 102% no caso da freguesia de Santa Clara e nos 73% no caso da freguesia de Marvila. Pela circunstância de se tratar de uma freguesia mais envelhecida, a variação do número de desempregados inscritos apenas é inferior ao valor médio da cidade na freguesia de Santa Maria Maior, com um aumento de 34%.

Figura 7 - População desempregada (2008 e 2014)

	Taxa de Desemprego (Estimativa para o 4º Trimestre de 2014)	Número de desempregados inscritos 2008-2014 (4º Trimestre - Variação %)	Desempregados que não concluíram nenhum nível de estudos ou que apenas concluíram o 1º ciclo (4º Trimestre 2014)
Freguesias «ilustrativas» dos territórios BIP/ZIP (média)	10,3%	69,7%	40,8%
• Santa Clara	12,0%	101,9%	48,9%
• Marvila	9,9%	72,8%	42,4%
• Santa Maria Maior	8,9%	34,3%	31,0%
Cidade de Lisboa	3,1%	62,2%	26,6%

Cruzando os dados do desemprego com os níveis de qualificação escolar da população, constata-se que o peso de residentes que não concluíram nenhum nível de ensino ou que apenas concluíram o 1º ciclo do básico na população total é de 49% em Santa Clara, 42% em Marvila e 31% em Santa Maria Maior. Isto é, os níveis de «desemprego desqualificado», que comportam maiores dificuldades de reinserção no mercado de trabalho, são superiores nas freguesias escolhidas para ilustrar a situação social dos territórios BIP/ZIP face à média obtida para a cidade de Lisboa.

Pobreza e exclusão social

No âmbito da pobreza e carência social, a comparação entre as freguesias ilustrativas dos territórios BIP/ZIP e a cidade de Lisboa pode ser feita através de três indicadores: o peso relativo de beneficiários de Subsídio de Desemprego, de beneficiários do Rendimento Social de Inserção e do Complemento Solidário para Idosos.

Os dados referentes ao Subsídio de Desemprego (2012) revelam nas três freguesias pesos relativos na população residente inferiores aos registados na cidade de Lisboa (4,7% em Santa Clara, 5,0% em Marvila e 4,5% em Santa Maria Maior, com um valor de quase 6% no conjunto da cidade). Podendo ser tomado como um indicador de menor relevância do desemprego nestes territórios, o que sucede porém é que, perante taxas de desemprego mais elevadas nestas freguesias, se verifica uma maior desprotecção social no desemprego, na perspectiva da atribuição do respectivo subsídio. Dito por outras palavras, a proporção de desempregados residentes nestas freguesias ilustrativas dos territórios BIP/ZIP que beneficiam de subsídio de desemprego é comparativamente menor que a proporção registada ao nível da cidade de Lisboa.

Figura 8 - Subsídio de Desemprego e prestações sociais (RSI e CSI)

	Subsídio de Desemprego 2012 (% beneficiários na população residente)	Rendimento Social de Inserção 2012 (% beneficiários na população residente)	Complemento Solidário Idosos 2012 (% beneficiários na população residente)
Freguesias «ilustrativas» dos territórios BIP/ZIP	4,8%	10,4%	2,1%
• Santa Clara	4,7%	14,3%	1,9%
• Marvila	5,0%	9,2%	2,0%
• Santa Maria Maior	4,5%	7,2%	2,8%
Cidade de Lisboa	5,9%	4,7%	1,7%

Aliás, quando se procede à relação com os dados referentes ao peso percentual de beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), confirma-se a ideia de que os mecanismos de protecção social se encontram já – nestes territórios – muito mais ao nível das medidas de combate à pobreza (e não, por conseguinte, no patamar do apoio social no desemprego).

De facto, a proporção de beneficiários de RSI nas freguesias consideradas como ilustrativas da situação social dos territórios BIP/ZIP, no conjunto da população residente, é superior em qualquer das situações analisadas ao valor obtido para a cidade de Lisboa. Na freguesia de Santa Clara essa proporção situa-se em cerca de 14,3%, na freguesia de Marvila em torno dos 9,2% e, na freguesia de Santa Maria Maior, em cerca de 7,2%. Para a cidade de Lisboa no seu conjunto, a proporção de beneficiários de RSI na população residente em 2012 é de apenas 4,7%.

Reflectindo diferentes realidades sociodemográficas, registam-se contudo diferenças sintomáticas entre a freguesia de Santa Maria Maior e as freguesias de Santa Clara e Marvila. Se no primeiro caso estamos perante populações desfavorecidas que residem no centro da cidade, revelando níveis de envelhecimento demográfico e uma maior diversidade de situações socioeconómicas (é nesta freguesia que, em regra, os indicadores mais se aproximam dos resultados médios obtidos para a cidade de Lisboa), nos casos de Santa Clara e de Marvila, os traços que caracterizam a situação social reflectem fundamentalmente a especificidade socioeconómica de contextos de realojamento social. Trata-se, de facto, de populações comparativamente menos envelhecidas e simultaneamente mais homogéneas de um ponto de vista social e económico: os desníveis em

termos de habilitações escolares, de prevalência e severidade de situações de pobreza, etc. são nestes casos mais pronunciados.

Não surpreende por isso que, em matéria de Complemento Solidário para Idosos (CSI), o peso percentual dos beneficiários na população residente assuma uma preponderância distinta. De facto, é na freguesia de Santa Maria Maior que se atinge uma proporção comparativamente mais elevada (2,8%), sendo contudo o valor de referência de Lisboa (1,7%) ligeiramente inferior ao registado nas freguesias de Santa Clara (1,9%) e Marvila (2,0%).

Sublinhe-se ainda que, neste contexto, que as três freguesias consideradas como ilustrativas dos territórios BIP/ZIP acabam por espelhar, de alguma forma, as duas principais realidades na perspectiva do desfavorecimento que se associa à existência de uma «fractura socio-urbanística» na cidade de Lisboa. De um lado, o desnível social, económico e urbanístico que se associa inerente aos contextos do realojamento social. De outro, o desfavorecimento característico das áreas envelhecidas e degradadas do centro da cidade. Sendo contextos evidentemente muito distintos (inclusive na sua prevalência comparativa), a verdade é que configuram, de alguma forma, as duas faces de uma mesma realidade: a de um arquipélago de manchas de pobreza que se distribui na cidade de Lisboa e que reclama uma atenção específica.

4. Análise SWOT

A análise SWOT (análise de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) realizada para o conjunto dos territórios que integram a carta BIP/ZIP, permitiu compreender os principais desafios que se apresentam nestas comunidades desfavorecidas de Lisboa.

No conjunto das **Oportunidades (O)** identificadas, destaca-se o desenvolvimento de respostas integradas em três domínios: educação, emprego e inclusão. Estas respostas devem ser consolidadas por lógicas de intervenção que assumem a necessidade de articulação entre organismos do sector público, do sector privado e do Terceiro Sector. A capacidade e potencialidades que daqui decorrem são, por sua vez, favorecidas pela circunstância de se estar perante um território heterogéneo nos seus contextos específicos, com dimensão, escala e massa crítica relevante, assegurando assim processos de partilha e replicabilidade.

No âmbito dos **Pontos fortes (S)**, deve relevar-se, entre outros aspectos, o número significativo de organizações locais que estão presentes e desenvolvem actividade nos territórios BIP/ZIP. Ou seja, as dinâmicas locais já existentes, a reforçar e a complementar com dinâmicas a estabelecer em territórios em que ainda não existem, constitui um factor de sucesso de acções a desenvolver. Aliás, a própria experiência do “Programa BIP/ZIP”, reconhecida a nível nacional e internacional como instrumento inovador de desenvolvimento local, ao combinar a lógica das intervenções comunitárias com uma visão de conjunto, e ao estabelecer sinergias entre políticas municipais e o dinamismo das parcerias locais, constitui igualmente um ponto forte da parceria e do projecto que agora se apresenta.

Figura 9 - Análise SWOT

OPORTUNIDADES (O):		PONTOS FORTES (S):	
• Escala populacional e territorial (27% população total / 6% território da cidade)		• Elevado número de organizações locais activas nos territórios BIP/ZIP (342 entidades, 152 projectos, 742 actividades)	
• Replicação do modelo de estrutura de co-governança local noutros territórios BIP/ZIP		• Experiência adquirida em estruturas de co-governança local existentes (6 GABIPs, 14 territórios BIP/ZIP, 9 freguesias, 27000 habitantes)	
• Utilização da “marca” BIP/ZIP no estabelecimento de novas estruturas de desenvolvimento local		• Reconhecimento nacional e internacional da “marca” BIP/ZIP como instrumento de desenvolvimento local	
• Participação dos 3 sectores (Público/ Privado/ Terceiro Sector) na mesma REDE		• Experiência de planeamento e gestão de operações locais com financiamento por GABIPs	
• Resposta integrada nas áreas do emprego, educação e inclusão		• Proporção de jovens e população em idade activa superior à média da cidade	
• Contaminação de experiências e boas-práticas			
• Optimização e partilha de recursos			
AMEAÇAS (T):		PONTOS FRACOS (W):	
• Incapacidade de resolução de deficiências estruturais		• Nível de formação muito inferior à média da cidade	
• Risco de ruptura social		• Dependência de prestações sociais (Desemprego, RSI e CSI) muito superior à média	
• Gestão e confronto de expectativas		• Taxa de emprego muito inferior à média	
• Falta de participação de entidades empregadoras		• PIB muito inferior à média	
• Incerteza de suporte a médio e longo prazo		• Exclusão social e territorial	
• Conjuntura económica e social adversa		• Cobertura de transporte público deficiente	
		• Cobertura de equipamentos de proximidade inferior à média	

Entre os **Pontos fracos (W)**, destaca-se o facto de que os indicadores de exclusão social e territorial se manifestam com particular evidência nestes territórios, sobretudo no que concerne a níveis de escolarização (inferiores aos registados para o conjunto da cidade) e aos elevados índices de desemprego, bem como a forte dependência de prestações sociais, reveladora de formas incrustadas de pobreza e exclusão.

No âmbito das **Ameaças (T)**, sobressai o risco de ruptura social, que é reforçado pelas adversidades decorrentes da actual conjuntura económica. Acresce também a persistência das carências e dos contornos da situação social e económica que caracterizam estes territórios, bem como as eventuais incapacidades na resolução de défices estruturais, sobretudo em domínios onde qualquer acção a implementar não poderá intervir de forma directa (como sucede, por exemplo, em matéria de acessibilidades ou de qualificação urbana).

5. Comunidades Desfavorecidas a intervir no âmbito do PAICD

De forma a identificar qual o conjunto de comunidades desfavorecidas a intervir prioritariamente no âmbito do PAICD (PEDU), procedeu-se ao aprofundamento da caracterização dos BIP/ZIP ao nível do desemprego e das qualificações académicas, bem como ao mapeamento das principais necessidades de intervenção municipal em fogos vagos em estado de degradação e a respectiva intervenção integral de partes comuns de edifícios municipais.

Concretamente analisaram-se e cruzaram-se componentes sócio-económicas caracterizadoras da vulnerabilidade destes territórios (A), e analisou-se o investimento municipal (B) previsto:

- Índice de qualificação de residentes; Taxa de indivíduos residentes que não sabem ler nem escrever; Taxa de desemprego.
- (B) Distribuição de fogos vagos municipais em estado de degradação; Identificação do Nível de Investimento em Reabilitação de Edifício Municipal ao Abrigo do Contrato Programa com a GEBALIS (*Contrato Programa 398/CM/2015*); Operações de Regeneração Urbana para Reabilitação Urbana de Edifícios no Bairro Padre Cruz e Bairro da Boavista.

(A) Índice de qualificação de residentes

No âmbito da temática da educação o conjunto de indicadores calculados/analísados traduz, de forma expressiva, a fractura social existente entre os territórios BIP/ZIP e a cidade de Lisboa no seu todo. Trata-se, sobretudo, de uma diferenciação nos níveis de escolaridade atingidos.

A percentagem de população que não sabe ler nem escrever é de 5,1% nos territórios BIP/ZIP, dois pontos percentuais acima do valor da cidade (3,4%). E considerando a população que apenas concluiu o 1º ciclo do ensino básico, esta diferença amplia-se significativamente: 46% nos territórios BIP/ZIP, ou seja, onze pontos percentuais acima do valor da cidade (35%). A percentagem de população que concluiu o ensino superior é de apenas 15%, enquanto em Lisboa representa 30,8 % da população. O défice social em termos de níveis de escolarização nas áreas urbanas desfavorecidas, por comparação com os valores que se obtém para Lisboa no seu todo, são congruentes com as características das populações residentes nos territórios BIP/ZIP, nomeadamente nas zonas de realojamento. De facto, trata-se na maioria dos casos de comunidades realojadas (a residir anteriormente em bairros de barracas, alojamento clandestino ou habitação precária), em que as situações de analfabetismo, insucesso e abandono escolar precoce e desvalorização da escola assumem contornos culturais e geracionais, contribuindo para a reprodução dos ciclos de pobreza e exclusão.

Será ainda de salientar, que as concentrações espaciais dos valores negativos do Índice de Qualificação dos Residentes se verificam nos territórios onde se verificam elevadas taxas de desemprego, como se poderá verificar na análise da espacialização da taxa de desemprego.

Figura 10 - Índice da Qualificação dos Residentes e BIP/ZIP

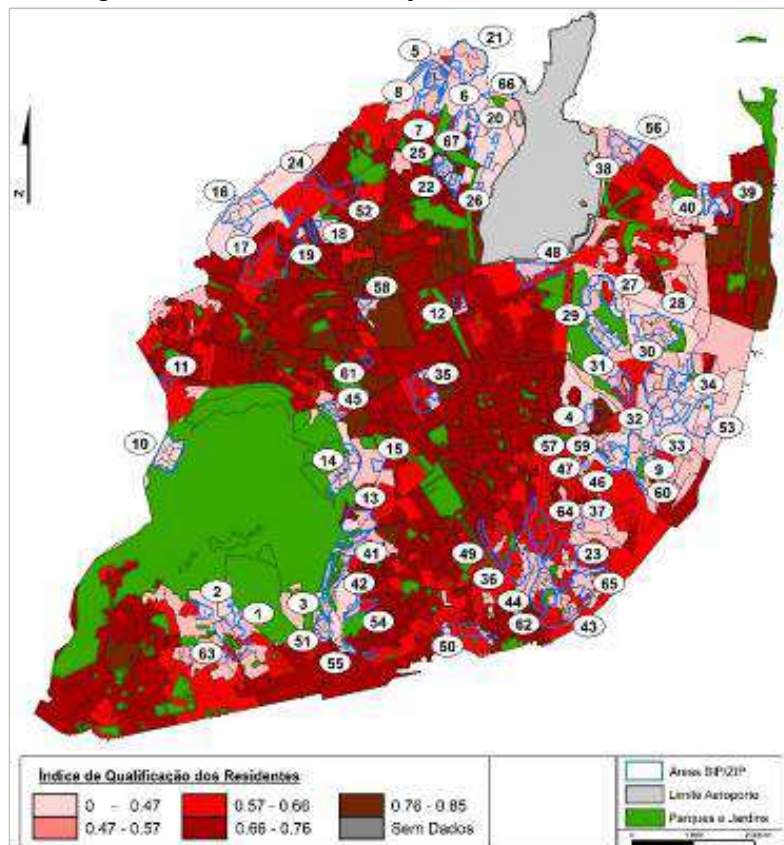
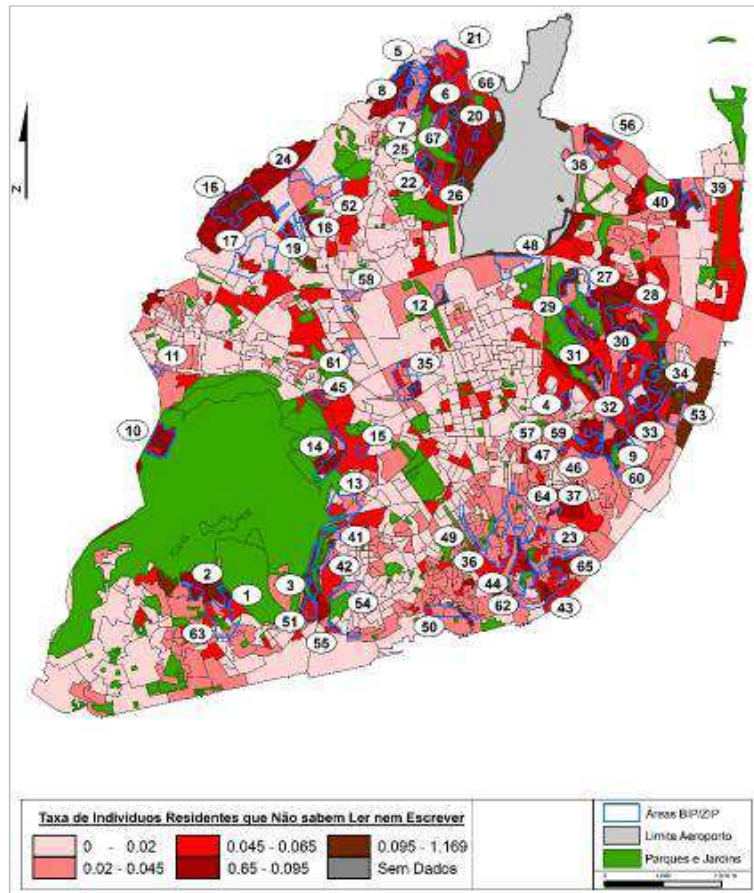


Figura 11 - Taxa de indivíduos residentes que não sabem ler nem escrever e BIP/ZIP



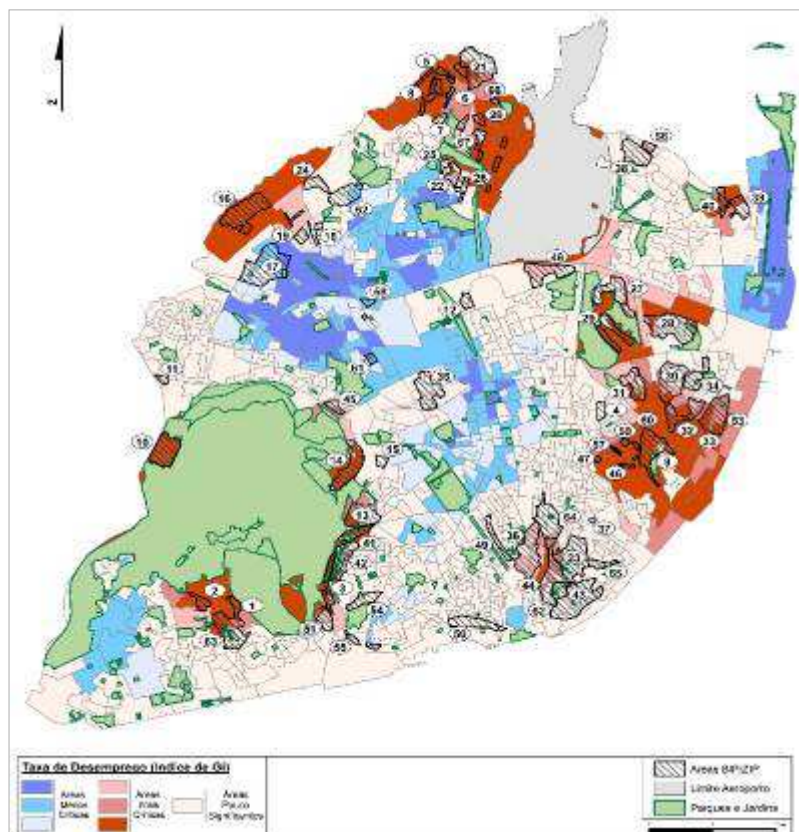
(A) Taxa de desemprego

Relativamente à variável emprego/desemprego, cabe referenciar que na cidade Lisboa a população ativa em 2011 representava 54% dos residentes entre os 15 e os 65 anos (260.405), entre os quais, 30.839 se encontravam desempregados, verificando-se uma Taxa de Desemprego de 11,8%, face aos recenseamentos anteriores, registou-se um acentuado acréscimo do desemprego, agravado pelo contínuo decréscimo da população activa.

Os territórios BIP/ZIP em 2011 apresentavam uma Taxa de Emprego situada três pontos percentuais abaixo da Taxa de Emprego observada em Lisboa. Mas será ao nível do desemprego que se regista a maior discrepância. A capital, como referido anteriormente, apresentava uma taxa de 11,8%, cinco pontos percentuais abaixo da taxa observada nos Bairros e Zonas prioritárias (16,0%).

O facto da percentagem de desempregados residentes em território BIP/ZIP ser aproximadamente 50% do total de desempregados da cidade, quando apenas 35% da população lisboeta reside nestes mesmos territórios, justifica ou reforça por si só, a disparidade da Taxa de Desemprego na cidade e nos BIP/ZIP. Esta realidade vem demonstrar que o desemprego apresenta uma tendência significativa de incidência espacial, em algumas áreas específicas do território da cidade.

Figura 12 - Taxa de Desemprego e BIP/ZIP



Assim, numa primeira análise e como demonstra o mapa acima, podemos afirmar que as concentrações mais elevadas da taxa de desemprego se localizam a norte, no Alto do Lumiar, Charneca e Ameixoeira, correspondente aos BIP's 5, 6, 8, 20, 22 e 67, bem como no Bairro Padre Cruz correspondente aos BIP 10, na orla do Parque do Monsanto, a sul correspondente aos BIP's 1, 2 e 63, e nascente os BIP's 3, 13, 14, 41, 42 e 51; e a oriental, em Chelas, Vale Chelas e Beato, correspondente aos BIP's 9, 30, 31, 32, 33, 46, 47, 57, 59, 60, coincidindo com as maiores concentrações territoriais de BIP/ZIP, maioritariamente de tipologia Municipal ou Mista (Municipal e Cooperativa).

O cruzamento da distribuição do desemprego e do índice de qualificação de residentes nos territórios BIP/ZIP adopta um padrão de distribuição semelhante, pelo que seguindo uma logica de formação de "clusters", levou à identificação de Bolsas Territoriais que carecem de níveis de investimento municipal superior e prioritário em territórios BIP/ZIP.

Sendo assim as bolsas territoriais de investimento prioritário identificadas são compostas pelos seguintes BIP/ZIP's:

Bolsa A		Bolsa B		Bolsa C		Bolsa D	
9	Ourives/Estrada de Chelas	5	Grafil	3	Quinta do Cabrinha/Quinta do Loureiro/Av. De Ceuta	1	Casalinho da Ajuda
29	Flamenga	6	Quinta da Torrinha	13	Bela Flor	2	Dois de Maio
30	Condado	7	Quinta da Mourisca	14	Liberdade	63	Rio Seco
31	Armador	8	Ameixoeira (PER)	15	Quinta do Tarujo		
32	Quinta das Salgadas/Alfinetes	20	Sete Céus	41	Sete Moinhos		
33	Marques de Abrantes	22	Alta de Lisboa Sul	42	Casal Ventoso		
34	PRODAC	25	Cruz Vermelha	51	Cascalheira/Alvito Velho		
46	Quinta do Lavrado	26	Pedro Queiroz Pereira	54	Rua Possidónio da Silva		
47	Horizonte	66	Charneca do Lumiar	55	Pampulha		
53	Marvila Velha	67	Alta de Lisboa Centro				
57	Empreendimento Municipal/Rua João Nascimento Costa	21A	Galinheiras- a)Ameixoeira				
59	Empreendimento Municipal/Rua Carlos Botelho	21B	b)Charneca				
60	Cooperativas-Rua João Nascimento/Carlos Botelho						
BIP/ZIP	DESIGNAÇÃO BIP/ZIP			Bolsa E		Bolsa F	
				10	Boavista	16	Padre Cruz

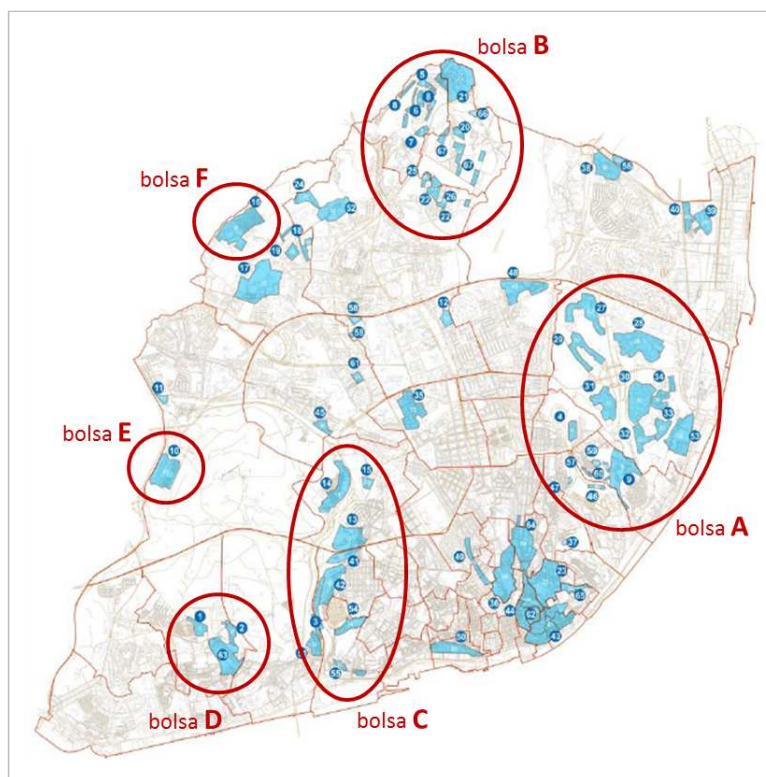
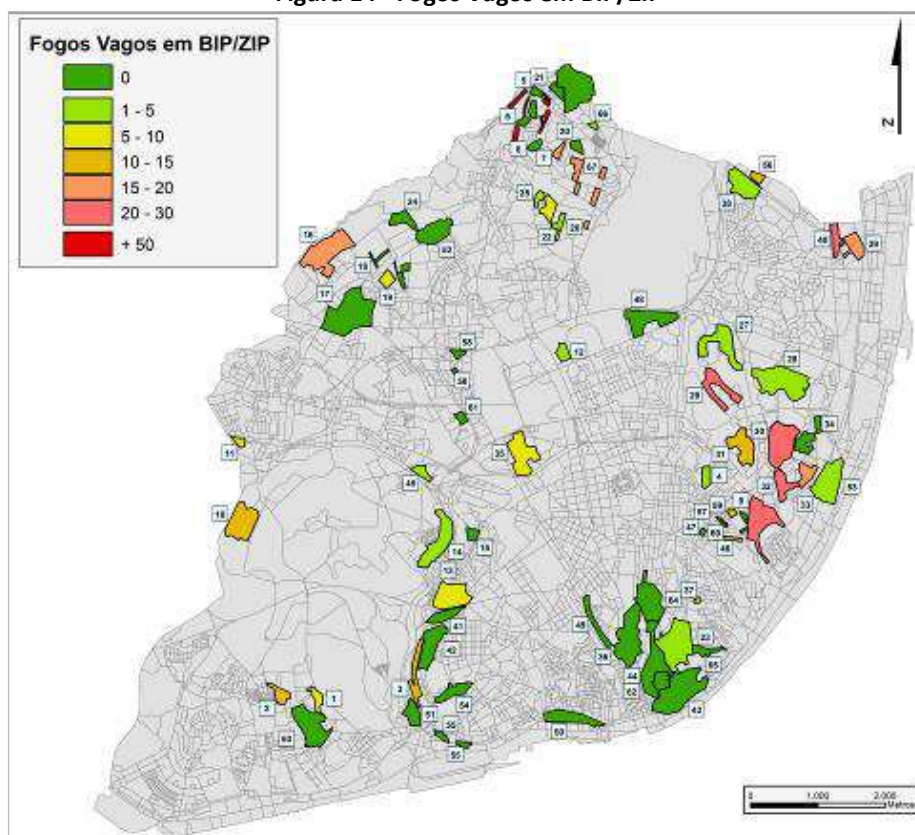


Figura 13 - Bolsas Territoriais

(B) Edificado: Fogos vagos municipais em BIP/ZIP

A totalidade de fogos vagos municipais que necessitam de reabilitação no conjunto dos territórios BIP/ZIP's é de 414, sendo a sua incidência territorial maioritariamente distribuída pelas bolsas identificadas: Zona da Alta de Lisboa (26%) (Bolsa B); Oriental (Vale de Chelas – Beato: 37%) (Bolsa A); Vale de Alcântara (Bolsa C); Ajuda (Bolsa D); Boavista (Bolsa E) e Bairro Padre Cruz (Bolsa F), que concentram cerca de 78% dos mesmos.

Figura 14 - Fogos Vagos em BIP/ZIP



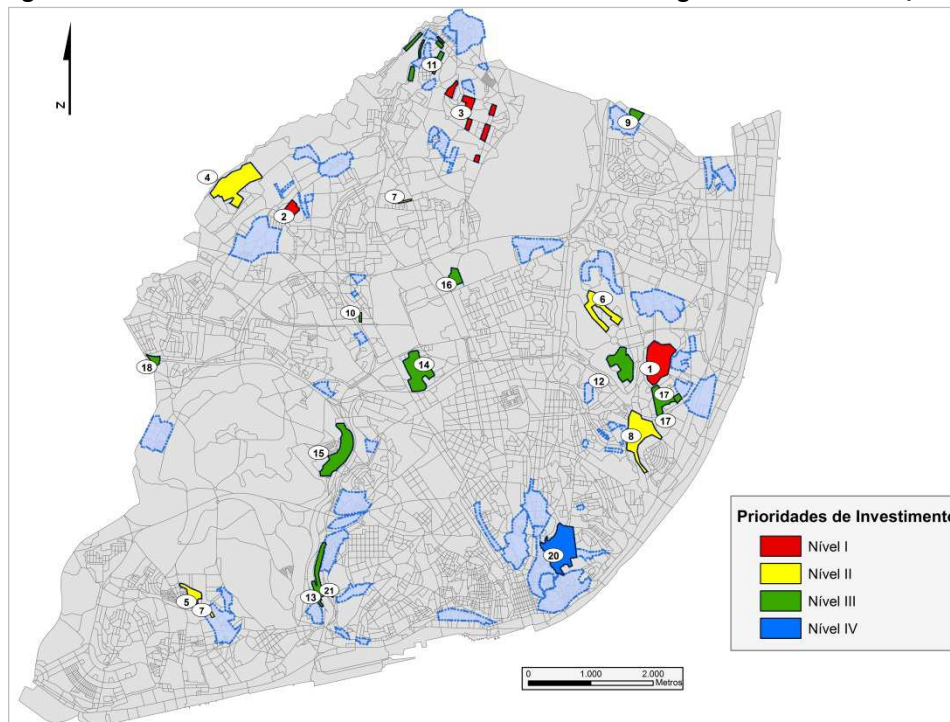
(B) Edificado: Contrato Programa CM – GEBALIS (2015-2017)

A requalificação física de habitação e ou espaço público permite e potencia naturalmente a melhoria das condições de vida das populações, de forma global e integrada com particular ênfase na questão da saúde e da promoção da auto estima. No âmbito do Contrato Programa 2015-2017 (Deliberação nº 398/CM/2015) celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a GEBALIS, E.M. foram identificados um conjunto de bairros e edifícios que carecem de intervenção prioritária no domínio da beneficiação, conservação e manutenção do edificado municipal para o período de 2015-2017. Da totalidade da verba afectada a este contrato programa (25 milhões euros para o período de 2015-2017) identificou-se para este horizonte temporal quatro níveis de investimento: Nível I - Investimento superior a 2 milhões de euros; Nível II - Investimento entre 1 milhão e 2

milhões de euros; Nível 3 - Investimento entre 500 mil euros e 1 milhão de euros; Nível IV – Investimento inferior a 500 mil euros.

A incidência territorial destes níveis de investimento nos Bairros/Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) encontra-se representada no mapa seguinte:

Figura 15 - Nível de Investimento no âmbito do Contrato Programa GEBALIS e BIP/ZIP's



Bolsa	BIP/ZIP	Nome	Contrato Programa GEBALIS (2015-2017)	Total	Total Global
A	9	Ourives/Estrada de Chelas	1.000.000 €	6.900.000 €	14.800.000 €
	29	Flamenga	1.500.000 €		
	30	Condado	2.600.000 €		
	31	Armador	800.000 €		
	32	Quinta das Salgadas/Alfinetes	500.000 €		
	33	Marques de Abrantes	500.000 €		
B	8	Ameixoeira (PER)	800.000 €	3.200.000 €	
	67	Alta de Lisboa Centro	2.400.000 €		
C	3	Quinta do Cabrinha/Quinta do Loureiro/Av. De Ceuta	800.000 €	1.400.000 €	
	14	Liberdade	600.000 €		
D	2	Dois de Maio	1.600.000 €	1.600.000 €	
E				0 €	
F	16	Padre Cruz	1.700.000 €	1.700.000 €	

Ao nível do investimento total previsto no referido Contrato Programa, as bolsas territoriais identificadas concentram cerca de 65% deste.

B) Operações de regeneração urbana para reabilitação de edificado

Actualmente existem duas operações de regeneração urbana previstas para reabilitação do edificado (Zonas de “Alvenarias”) em duas das bolsas identificadas, e que compreenderão várias fases: Zona de Alvenaria do Bairro Padre Cruz e Zona de Alvenaria do Bairro da Boavista.

Figura 16 – Localização da Zona de Alvenaria do Bairro Padre Cruz e Boavista



Ambas as zonas de “Alvenarias” dos Bairros da Boavista e Padre Cruz nasceram de forma semelhante, como soluções de “alojamento provisório” para realojamento de pessoas com carências habitacionais, quer na altura da construção do viaduto Duarte Pacheco no caso do Bairro da Boavista (1938), quer para realojamento dos residentes clandestinos na Quinta da Calçada na altura da construção da Cidade Universitária no caso do Bairro Padre Cruz (1959).

Figura 17 Fotografias da Zona de Alvenaria do Bairro Padre Cruz e Boavista



Tendo sido dado início à operação de regeneração urbana de reabilitação de edificado no Bairro Padre Cruz com a adjudicação da empreitada para construção do quarteirão piloto, aprovado pela proposta nº457/2015 publicada no 5º suplemento do Boletim Municipal nº1119 a 30 de Julho 2015 ([link](#) - 20 fogos), as próximas fases previstas de reabilitação são: **2ª fase do Bairro Padre Cruz (20 fogos no total e 1.226.169€ de investimento)** e a **1ª e 2ª fase do Bairro da Boavista (100 fogos no total e 8.226.482€ de investimento)**.

Estas operações abrangerão toda a área de “alvenaria”, quer no Bairro Padre Cruz (11,2hectares) quer no Bairro da Boavista (12 hectares) e visam a renovação e requalificação destas zonas degradadas, quer em termos físicos quer sociais, prevendo a total demolição do edificado existente, o realojamento dos residentes em construções dignas, a criação de uma adequada rede de equipamentos, a infra-estruturação total da área de intervenção, com a criação de um espaço público qualificado, dotado de espaços verdes e de utilização colectiva, que proporcionem áreas de vivência comunitária e de animação social, assim como a implementação de áreas de comércio local, com inerente revitalização económica e social da zona.

A solução arquitectónica adoptada resulta de um processo concursal com consulta pública associada, e que se caracteriza sucintamente pela existência de 4 volumes em cada lote, com 8 fogos no total, onde o projecto garante o máximo de acesso de nível às fracções a partir de cada uma das ruas que limitam a parcela. Cada fracção terá acesso a um talhão de terra cultivável, bem como beneficiará de sistemas de aproveitamento da água da chuva armazenada em tanques individuais e de painéis solares individuais que assegurarão o aquecimento das águas sanitárias.



6. Caracterização das Comunidades Desfavorecidas a intervir no âmbito do PAICD

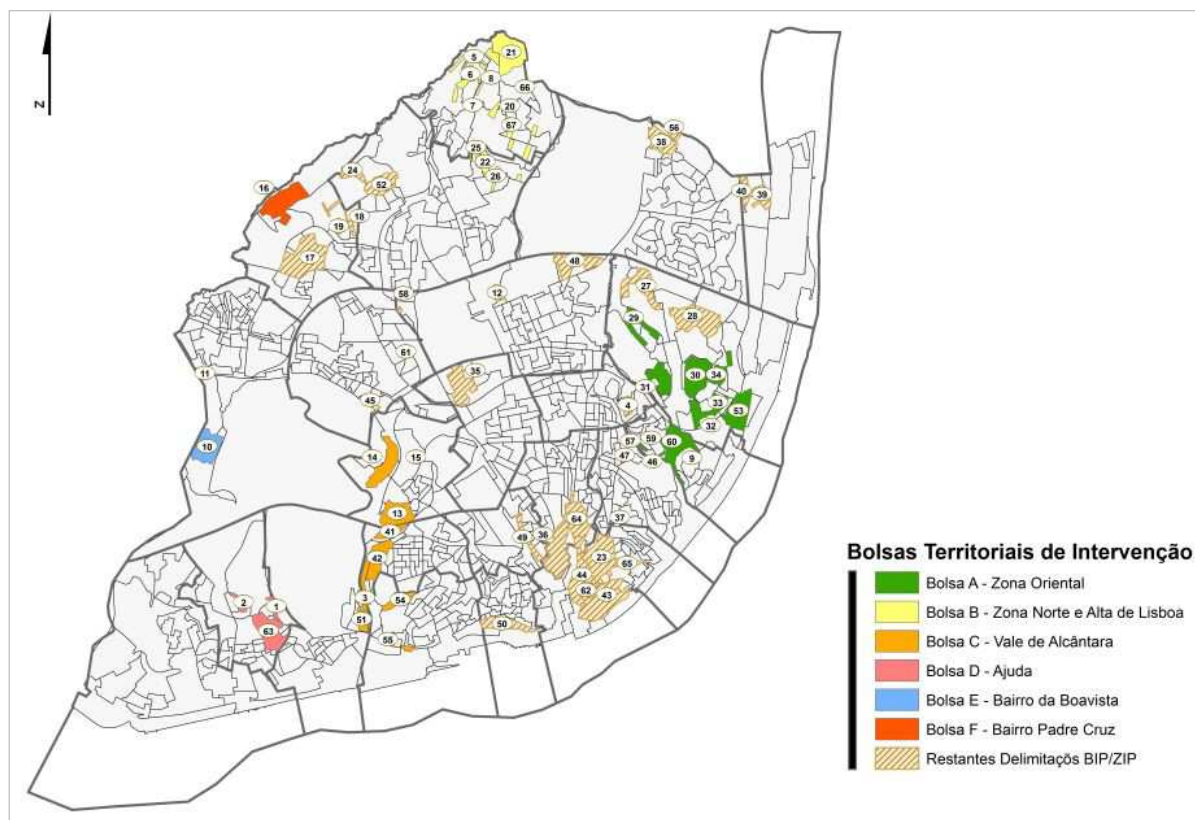
A identificação das comunidades desfavorecidas prioritárias a intervir no âmbito do PAICD, conforme descrito no capítulo anterior, são zonas críticas com grande incidência, face à média da cidade, de situações de desemprego, baixo nível de instrução, abandono escolar e ambiente degradado.

As 6 Bolsas Territoriais identificadas (A-Zona Oriental; B-Zona Norte e Alta de Lisboa; C-Vale de Alcântara; D-Ajuda; E-Bairro da Boavista; F-Bairro Padre Cruz) são formadas por **39** Bairros/Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP).

Os 39 Bairros/Zonas de Intervenção Prioritária que constituem as Bolsas Territoriais subdividem-se em quatro categorias: “Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI)”; “Empreendimento Municipal”; “Histórico” e “Outros/Mistos”. A correspondência entre estas categorias de BIP/ZIP’s e os tipos de áreas urbanas a intervir definidos no presente aviso, é a seguinte:

- “Bairros Sociais” – “Empreendimento Municipal”;
- “Bairros Clandestinos” – “AUGI’s – Áreas Urbanas de Génese Ilegal”;
- “Áreas Urbanas Antigas” – “Histórico”;
- “Áreas Urbanas Consolidadas” – “Outros/Mistos”.

Figura 18 – Bolsas Territoriais e BIP/ZIP’s correspondentes



A tipologia de área urbana a intervir no interior das Bolsas Territoriais identificadas é maioritariamente “Bairros Sociais”, precisamente porque a maioria dos territórios considerados é constituído por bairros de habitação social, conforme se descreve a seguir:

- **Bolsa A – Zona Oriental** – Tipificação da área urbana: Bolsa constituída por 13 BIP/ZIP’s, onde predominam os BIP/ZIP’s tipificados como “Bairros Sociais” (12) e um BIP/ZIP inserido numa “área urbana antiga”.

[“Bairros Sociais”: BIP/ZIP nº 9, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 46, 47, 57, 59, 60 (12) | “Histórico”: BIP/ZIP nº 53 (1)]



Figura 19 - BIP/ZIP: 9 - Ourives; 30 - Condado; 34 - PRODAC; 47 - Horizonte; 53 - Marvila Velha

- **Bolsa B – Zona Norte e Alta de Lisboa** – Tipificação da área urbana: Bolsa constituída por 12 BIP/ZIP’s, sendo 6 BIP/ZIP’s “Bairros Sociais” e 6 BIP/ZIP’s “Bairros Clandestinos” (AUGI’s).

[“Bairro Social”: BIP/ZIP nº 8, 22, 25, 26, 66, 67 (6) | “Bairros Clandestinos”: BIP/ZIP nº 5, 6, 7, 20, 21A e 21B (6)]



Figura 20 - BIP/ZIP: 6-Quinta da Torrinha; 8-Ameixoeira(PER); 21A-Galinheiras –a)Ameixoeira; 66-Charneca do Lumiar; 67-Alta de Lisboa Centro; 22-Alta de Lisboa Sul

- **Bolsa C – Vale de Alcântara** – Tipificação da área urbana: Bolsa constituída por 9 BIP/ZIP's, Constituída por 9 BIP/ZIP's, preponderando os BIP/ZIP caracterizados como “Bairros Sociais” no total de 8 e um BIP/ZIP caracterizado como “Área Urbana Antiga”. [“Bairro Social”: BIP/ZIP nº 3, 13, 14, 15, 41, 42, 51, 54 (7) | “Área Urbana Antiga”: BIP/ZIP nº 55 (1)]



Figura 21 - BIP/ZIP: 3-Quinta do Cabrinha; 13-Bela Flor; 14-Liberdade

- **Bolsa D – Ajuda** – Tipificação da área urbana: Bolsa constituída por 3 BIP/ZIP's, sendo na sua totalidade caracterizado como “Bairros Sociais”. [“Bairro Social”: BIP/ZIP nº 1, 2, 63 (3)]



Figura 22 - BIP/ZIP: 2-Dois de Maio; 63-Rio Seco

- **Bolsa E – Bairro da Boavista** – Constituído apenas por um BIP ZIP “Bairro Social”. [*“Bairro Social”: BIP/ZIP nº 10 (1)*]



Figura 23 - BIP/ZIP: 10 – Bairro da Boavista

- **Bolsa F – Bairro Padre Cruz** – Constituído apenas por um BIP ZIP “Bairro Social” [*“Bairro Social”: BIP/ZIP nº 16 (1)*]



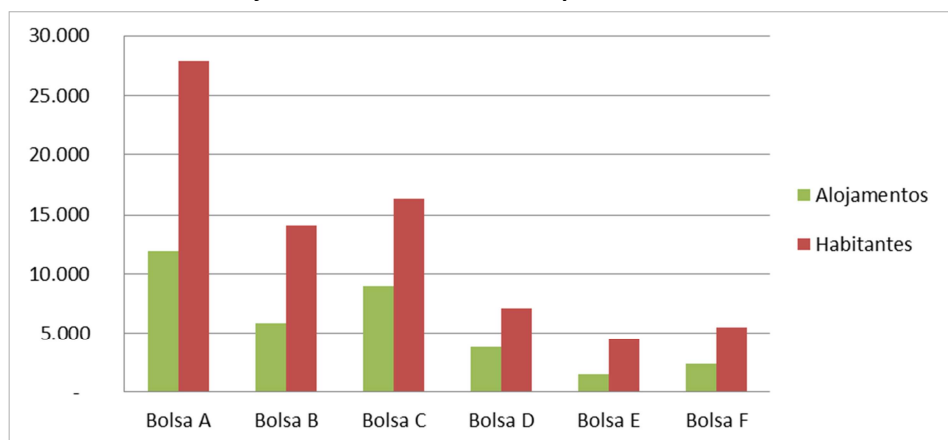
Figura 24 - BIP/ZIP: 16 – Bairro Padre Cruz

As comunidades desfavorecidas consideradas de intervenção prioritária no âmbito desta candidatura totalizam cerca de **75,5 mil residentes** em **34,5 mil alojamentos** (conforme se pode observar no quadro seguinte), representando cerca de 50% da população que actualmente reside na totalidade dos Bairros/Zonas Prioritárias de Intervenção da cidade de Lisboa.

	Total	Bolsa A	Bolsa B	Bolsa C	Bolsa D	Bolsa E	Bolsa F
Edifícios	7.399	1.336	862	2.734	857	553	1.057
Alojamentos	34.406	11.855	5.843	8.973	3.775	1.545	2.415
Nº Famílias	28.695	10.142	4.921	7.151	3.017	1.433	2.031
Habitantes	75.504	27.923	14.091	16.337	7.144	4.537	5.472

Tabela 1 - Dados estatísticos relativos ao edificado e à população nas bolsas territoriais do PAICD (INE, Censos 2011)

Gráfico 1 – Alojamentos e nº de habitantes por Bolsa Territorial



As bolsas com maior número de habitantes e alojamentos são a Zona Oriental e o Vale de Alcântara, seguidos da Zona Norte e Alta de Lisboa.

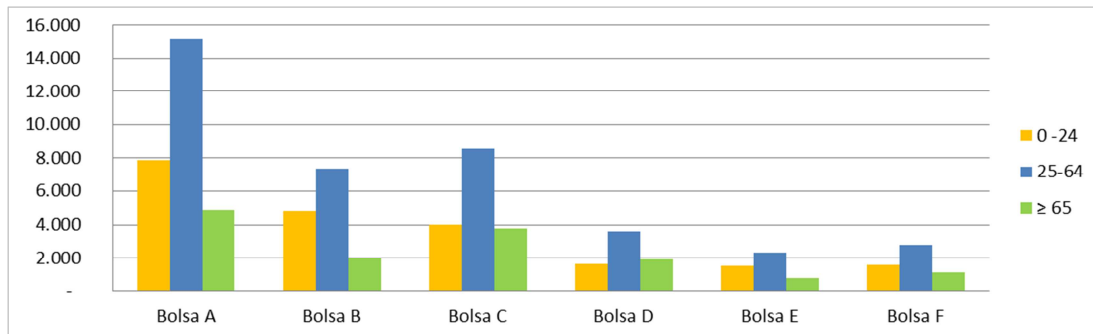
Em relação à distribuição etária da população para o total das comunidades desfavorecidas consideradas, pode-se constatar que a **maioria da população (53%) encontra-se em idade activa (escalão etário: 25-64)**, tendência que se verifica também em cada uma das bolsas territoriais e na cidade de Lisboa.

Tabela 2 - Distribuição da população residente nas Bolsas Territoriais por estrato etário (INE, Censos 2011)

		Total		Bolsa A	Bolsa B	Bolsa C	Bolsa D	Bolsa E	Bolsa F
Grupo Etário	0 -13	11.001	14,6%	3.953	2.506	2.161	860	748	773
	14 -24	10.397	13,8%	3.940	2.287	1.842	775	748	805
	25-64	39.762	52,7%	15.172	7.336	8.592	3.584	2.295	2.783
	≥ 65	14.344	19,0%	4.858	1.962	3.742	1.925	746	1.111
Total		75.504							

Na totalidade dos territórios considerados a **população jovem (0-24)** contabiliza cerca de **28%** e a **população idosa é de 19%**. Esta tendência verifica-se na maioria das bolsas territoriais, excepto nas Bolsas D (*Ajuda*) e C (*Vale de Alcântara*), onde na primeira a percentagem de população idosa (27%) chega mesmo a ser superior à de jovens (23%), enquanto na Bolsa Territorial C (*Vale de Alcântara*) a diferença entre população idosa (23%) e jovem (24%) é residual. Na cidade de Lisboa existe um maior equilíbrio entre a população jovem (22,6%) e a população idosa (23,9%), contrastando com o que se verifica nas Bolsas Territoriais em causa.

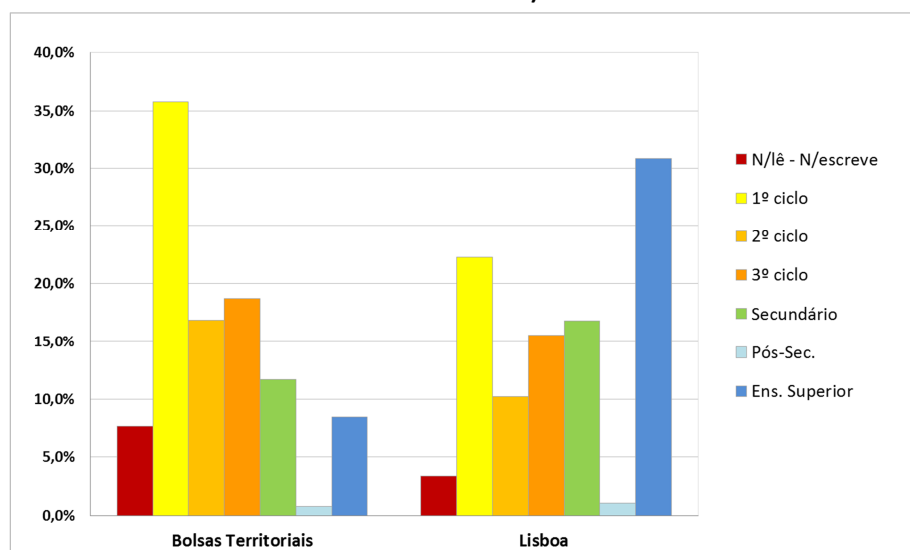
Gráfico 2 - Distribuição da população residente nas Bolsas Territoriais por estrato etário (INE, Censos 2011)



De acordo com os dados dos Censos 2011, ao nível das habilitações académicas da população residente (*dados correspondentes a 84% da população residente nas bolsas territoriais*), verifica-se uma diferença muito acentuada entre o perfil estatístico de Lisboa e o conjunto das bolsas territoriais consideradas.

A incidência do **Analfabetismo nas comunidades desfavorecidas consideradas (7,7%) é mais do dobro daquele que é registado para a cidade de Lisboa (3,4%)**. No conjunto das bolsas territoriais consideradas cerca de 36% apenas possui o 1º ciclo de estudos completo e outro terço da população apenas completou o 2º e 3º ciclos de ensino (16.8% e 18.7% respectivamente). Outra grande diferença entre o grau de qualificação académica observado nestas comunidades desfavorecidas e aquele que corresponde à média da cidade de Lisboa, reside na percentagem de **população que completou o ensino superior: registando 30,8% em Lisboa e apenas 8.5% nas Bolsas territoriais consideradas**.

Gráfico 3 - Habilitações Académicas no total das bolsas territoriais PAICD e na Cidade de Lisboa (INE, Censos 2011)



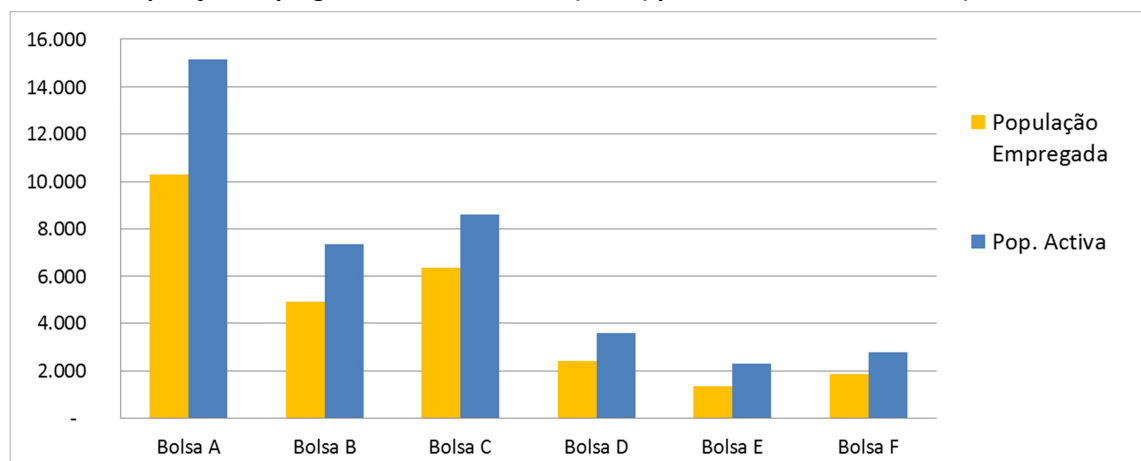
Quando se observa as diferenças de habilitações académicas da população residente nas diferentes bolsas territoriais, pode-se concluir que existe uma semelhança entre os valores registados isoladamente em cada uma das bolsas e a média referente ao total das comunidades desfavorecidas. A única diferença que apraz registar diz respeito à percentagem de residentes que completou o ensino superior nas bolsas “C - Vale de Alcântara” (15,7%) e “E - Bairro da Boavista” (1,2%), face à média registada nestes territórios (*que se situa nos 8,5%*).

	Lisboa	Total Bolsas Territoriais	Bolsa A	Bolsa B	Bolsa C	Bolsa D	Bolsa E	Bolsa F	
N/lê - N/escreve	3,4%	4.882	7,7%	1.906	977	789	388	371	451
1º ciclo	22,2%	22.721	35,8%	8.584	4.091	4.484	2.100	1.692	1.770
2º ciclo	10,2%	10.689	16,8%	4.090	2.231	2.010	830	735	793
3º ciclo	15,5%	11.881	18,7%	4.601	2.189	2.482	1.123	597	889
Secundário	16,8%	7.425	11,7%	2.713	1.190	1.947	890	244	441
Pós-Sec.	1,1%	484	0,8%	185	92	115	50	17	25
Ens. Superior	30,8%	5.377	8,5%	1.536	609	2.207	705	46	274

Tabela 3 - Habilitações Académicas por bolsa territorial PAICD e na Cidade de Lisboa (INE, Censos 2011)

A percentagem de pessoas que se encontram desempregadas (*obtida através da diferença de população em idade activa e população empregada, Censos 2011*) no conjunto das comunidades desfavorecidas em causa, regista uma diferença de 10 pontos percentuais face à média que é registada em 2011 na cidade de Lisboa. Nomeadamente para os territórios vulneráveis considerados esta percentagem é de cerca de 31,7% face à média da cidade de Lisboa – 21,6%. Entre as diferentes Bolsas territoriais, apenas a bolsa C “Vale de Alcântara” e a Bolsa E “Bairro da Boavista” saem fora da média para estes territórios, registando respectivamente 26,1% e 43,2%.

Gráfico 4 - População empregada e em idade activa (25-64) por bolsa territorial PAICD (INE, Censos 2011)



7. Estratégia de Intervenção PAICD

A requalificação física de habitação e do espaço público permite e potencia naturalmente a melhoria das condições de vida das populações, de forma global e integrada com particular ênfase na questão da saúde e da promoção da auto-estima.

A estratégia proposta no âmbito do PAICD que é passível de candidatura a financiamento no âmbito do PEDU, assenta nos seguintes objectivos:

- **Intervenção ao nível da Reabilitação Integral de Edifícios Municipais de Habitação Social e espaço público** adjacente (*reabilitação de 730 fogos e cerca de 22 mil m2 de espaço público*);
- **Requalificação e refuncionalização de equipamentos municipais de uso comunitário**, tendo como principal função o suporte físico de desenvolvimento e implementação de acções imateriais junto da população residente nestas comunidades desfavorecidas de forma a intervir prioritariamente em 3 eixos: emprego, educação e inclusão social (*reabilitação de 2100 m2 de equipamentos*);
- Desenvolvimento e implementação de acções imateriais especificamente em três vectores: **educação; emprego e inclusão social**, tendo em conta a incidência nestas comunidades de elevadas taxas de desemprego e baixo nível de qualificação académica, já constatados no diagnóstico destes territórios.

De uma forma mais abrangente, o município prevê intervir na reabilitação dos fogos vagos existentes nestas comunidades desfavorecidas (identificados no capítulo 5) totalizando um investimento de aproximadamente 2,6 Milhões € (414 fogos vagos), bem como investir na totalidade do edificado identificado no âmbito do Contrato Programa Gebalis, que atingirá um investimento na ordem dos 20 Milhões € em toda a cidade até 2017. Para além destas acções de reabilitação, o município irá também investir em duas operações de regeneração urbana de reabilitação de edificado nos seguintes bairros: 1) Bairro da Boavista – 1ª e 2ª fase: 8.226.482 € (100 fogos); 2) Bairro Padre Cruz – 1ª fase: 1.089.699 € (20 fogos).

(A) Requalificação e refuncionalização de equipamentos municipais de uso comunitário e acções imateriais estratégicas

A requalificação de equipamentos para uso colectivo permite a melhoria das condições de vida das populações, potenciando os resultados esperados das acções imateriais desenhadas estrategicamente segundo uma lógica de intervenção integrada na comunidade, assumindo-se assim como suporte físico da realização destas mesmas acções.

Para tal é fundamental a existência de equipamentos âncora com primazia a respostas nos eixos das **dependências, família, educação, emprego, exclusão social, interculturalidade e violência**.

Estes equipamentos podem e devem ser multifuncionais tendo por exemplo Espaços de Bairro ou Casas do Bairro (“Casas Comunitárias”), albergando e potenciando a Rede Emprega ou mesmo serem núcleo de apoio e *host* de associações locais.

Neste âmbito encontram-se previstos os seguintes investimentos distribuídos pelas seguintes bolsas territoriais:

- Bolsa A – Requalificação de equipamento municipal existente no Beato/Marvila e sua refuncionalização para Centro para a Empregabilidade “Pessoas Sem Abrigo” e Gabinete de Inserção Profissional; Requalificação do Centro de Alojamento de Pessoas Sem Abrigo – Beato /Marvila;
- Bolsa B – Requalificação da “Casa Cultura da Ameixoeira”;
- Bolsa F – Refuncionalização de equipamento existente para a criação do “Espaço LX Jovem” e “Casa da Cidadania – Casa Comunitária”

Tendo em conta os padrões verificados para as bolsas territoriais a intervir já descritos no capítulo anterior, associados a fenómenos de exclusão social acentuados, os dados comprovam uma alta incidência de taxas de desemprego e baixo nível de qualificação académica nestas comunidades, sendo que a estratégia de intervenção imaterial desenhada incidirá em três vectores: **educação; emprego e inclusão social.**

A incidência do desemprego é fortemente mais acentuada nas comunidades desfavorecidas e junto de determinados grupos mais vulneráveis, contribuindo para aumentar a exclusão social e a pobreza. Este aumento de desemprego tem um forte impacte social comprovado pela elevada dependência nestes territórios de prestações sociais como por exemplo o “Rendimento Social de Inserção – RSI”. O aumento do emprego e o combate ao desemprego (longa duração e dos jovens), bem como a luta pela inclusão e o combate às desigualdades e discriminações constituem objectivos comuns a toda a União europeia que também são assumidos no Portugal 2020.

A intervenção prevista nas comunidades desfavorecidas está em linha com os objectivos estruturantes da **Estratégia de Intervenção e Desenvolvimento Territorial para Área Metropolitana de Lisboa** (EIDT-AML 2014-2020), nomeadamente:

- **Objectivo Estruturante 5** - “Assumir os imperativos da promoção da coesão territorial como procedimento implícito à estruturação das intervenções metropolitanas”;
- **Objectivo Estruturante 6** - “Estruturação de uma rede regional de regional de resposta ágil e flexível para a inclusão activa”.

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da área Metropolitana de Lisboa (PDCT-AML) traduz a importância da EIDT-AML e segue também as instruções do Programa Operacional Regional de Lisboa 2020 (PORL 2020). Os eixos estruturantes do Plano de Acção do PDCT-AML e que são extremamente relevantes na definição da estratégia de intervenção nas comunidades desfavorecidas são o **Eixo 2 – “Reforço da coesão e Inclusão Social”** e o **Eixo 3 – “Promoção do Sucesso educativo”**.

Sendo assim a estratégia de intervenção imaterial prevista para as comunidades desfavorecidas assenta por sua vez na articulação de diversas acções no âmbito das seguintes Prioridades de Investimento:

- **PI 9.1** - “inclusão activa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação activa e a melhoria da empregabilidade”;
- **PI 10.1** - “Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação

Todas as acções propostas para a prossecução da estratégia definida, irão ser desenvolvidas nos equipamentos âncora das comunidades em causa e integradas na dinâmica associativa local, sendo para tal necessária a requalificação ou refuncionalização de equipamentos colectivos já existentes.

No âmbito da **PI 9.1** e com o objectivo de aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais da população residente nestas comunidades de forma a potenciar a sua empregabilidade e o reforço de oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural, o município de Lisboa irá implementar:

- Bolsa de serviços especializados que terá associado a criação de uma feira de emprego e a implementação de programas de colocação profissional;
- Programas de formação técnica a desempregados – Qualificação Profissional.

Em linha com os objectivos da prioridade de investimento **PI9.1**, no que diz respeito ao reforço das abordagens locais integradas de apoio ao desenvolvimento social assente em parecerias locais e à promoção de iniciativas para a inovação e experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão activa, irão ser desenvolvidas nas casas comunitárias as seguintes acções:

- Criação de um espaço de incubadora de empresas e co-working com serviço de apoio contabilístico e jurídico associado;
- Loja social com produção de produtos reciclados para venda;
- Programas de contratação de desempregados para arranjo de espaço público em parceria com as juntas de freguesia em causa;
- Programas de alfabetização e Português para todos, destinado à população imigrante e à população residente analfabeta.

Para a bolsa territorial do Vale de Alcântara, também existe um Contrato Local de Desenvolvimento Social **CLDS 2015-2018** (CLDS 3G – Vale de Alcântara, dinamizado pela associação K’Cidade), que tem como principal objectivo a promoção da qualidade de vida dos residentes mais vulneráveis a situações de exclusão social através do reforço das condições de empregabilidade e resiliência comunitária. Este CLDS terá cerca de 5 acções (total de 10 actividades – 206.158,2€) no eixo do “Emprego e Qualificação”; 3 acção (total de 5 actividades – 130.822,0€) no eixo “Apoio Famílias” e 2 acções (total de 5 actividades – 113.019,8€) no eixo “Capacitação Sociedade Civil”, totalizando 450.000,00€ para o período 2015-2018.

A existência de diversos projectos desenvolvidos no âmbito do “Programa Escolhas” em toda a cidade de Lisboa (12 no total), concentrando-se a maioria nas bolsas territoriais consideradas (9) traduz a pertinência de actuação junto das comunidades concentrando-se a maioria nas bolsas territoriais consideradas (9) traduz a pertinência de actuação junto das comunidades desfavorecidas em Lisboa desfavorecidas em Lisboa. Nas bolsas territoriais consideradas existem cerca de 9 projectos do “Programa Escolhas 5ª Geração”, sendo que três destes são desenvolvidos e implementados em parceria com o município de Lisboa e a área territorial de incidência também coincide com três bolsas territoriais (“Espaço Jovem da Quinta do Lavrado – LX-007/L/E5G” na Bolsa “A – Zona Oriental”; “ReTrocas – LX-048/L/E5G” na Bolsa “E – Bairro da Boavista” e “Campolide@Decide - LX-051/L/E5G” na Bolsa “C – Vale de Alcântara”).

De acordo com o objectivo plasmado na Prioridade de Investimento **PI 10.1**, nomeadamente no que diz respeito à redução e prevenção do abandono escolar, o município de Lisboa irá implementar programas de apoio escolar destinados a jovens em idade escolar obrigatória residentes nas comunidades desfavorecidas de forma a promover a diminuição da taxa de abandono escolar e contribuir para a melhoria do sucesso educativo.

Encontra-se também neste momento em fase de negociação a candidatura de **DLBC** existente na cidade de Lisboa (Candidatura “Rede DLBC Lisboa” - promovida pela associação “Rede DLBC Lisboa – Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa”), em que o investimento previsto para as Prioridades de Investimento **PI 9.6** – “Estratégias para o desenvolvimento local de base comunitária” e **PI 9.10** – “Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária” que totalizam 14 milhões de euros (PI 9.6: 8M€ + PI 9.10: 6M€). As acções da PI 9.6 e 9.10 que se complementam com os investimentos da PI 9.8 da presente candidatura, totalizam **11.251.048,00€**.

A totalidade das acções previstas, que têm como promotor o município, para a implementação da estratégia definida, sendo no presente momento apenas asseguradas por fundos próprios do município, totalizam cerca de **2.828.000,00€**. Como se pode observar no quadro abaixo, a maior parte do investimento previsto concentra-se maioritariamente na Prioridade de Investimento PI 9.1 (77%); seguida da PI 10.1 (23%).

Prioridades	Custo
9.1	2.183.000 €
10.1	645.000 €
Total	2.828.000 €

Tabela 4 - Investimento em acções imateriais que têm como promotor o município

(B) Complementaridade e integração da estratégia proposta

Por outro lado, a **estratégia de intervenção nas comunidades desfavorecidas definida é complementar** a instrumentos, planos e outras deliberações de câmara já existentes, que vinculam o município a prossecução de diversos compromissos que estão em linha com os principais objectivos e metas que se pretende alcançar, garantindo assim a sua **integração e coerência**.

A existência de um Plano de Desenvolvimento Social para o município de Lisboa; a integração da Carta BIP/ZIP no Plano Director Municipal; a existência de um Contrato Programa com a empresa municipal GEBALIS para intervenção no edificado municipal no período 2015-2017; a existência do Contrato Local de Desenvolvimento Social para o Vale de Alcântara; de diversos projectos pertencentes ao “Programa Escolhas – 5ª Geração” e a existência de “DLBC” em Lisboa, são diversos exemplos dessa integração e complementaridade, que se ilustra de seguida:

- **Carta BIP/ZIP integrada no Plano Director Municipal de Lisboa**

Em termos formais a carta BIP/ZIP ([link](#)) surge no âmbito dos objectivos gerais do Programa Local de Habitação (PLH - aprovado pela Câmara Municipal a 11 de Novembro de 2009 e pela Assembleia Municipal a 12 Janeiro de 2010), especificamente enquadrado no “Objectivo B – Melhorar a qualidade de vida urbana e a coesão territorial”, onde é incluída - no programa de acção “Regeneração e Requalificação dos Bairros” e subprograma “Regeneração de Bairros de Intervenção Prioritária” - a medida “5.B.7 – Identificação dos Bairros de Intervenção Prioritária e concretização de programas adequados de regeneração urbana”. Esta carta foi posteriormente submetida a consulta pública e debatida em workshops com especialistas externos, técnicos camarários, autarcas e associações locais. Do resultado dessa auscultação pública consolidou-se a delimitação final dos BIP/ZIP e submeteu-se a aprovação da Câmara e Assembleia Municipal (através da Proposta 616/2010, aprovada respectivamente a 17 de Novembro de 2010 e 1 Março de 2011), sendo posteriormente incorporada no PDM de Lisboa em 2012 ([link](#)).

- **Programa BIP/ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária**

O Programa BIP/ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa foi criado pela Câmara Municipal de Lisboa através da aprovação da Proposta n.º 725/2010 (15 Dezembro), e teve no ano de 2011 a sua primeira edição com uma dotação orçamental de 1 Milhão de Euros.

Este programa visa dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais de melhoria dos “habitats” abrangidos (BIP/ZIP constantes na Carta Municipal dos BIP/ZIP), através do apoio a projectos levados a cabo por Juntas de Freguesia, associações locais, colectividades e organizações não-governamentais, contribuindo para o reforço da coesão socio-territorial do município.

O programa prevê o apoio de 100% a projectos que podem desenvolver-se segundo um ou vários dos seguintes eixos: Sócio-económico (intervenções de apoio social, de promoção da cidadania ou

de criação de emprego local); Ambiental (intervenções no espaço público) e Urbanístico-legal (intervenções no tecido edificado, apoio a regularização de questões urbanísticas e patrimoniais).

Até à data foram realizadas quatro edições deste Programa (de 2011 a 2014, edições anuais) que contabilizaram 437 candidaturas e 17 milhões de euros de financiamento solicitados. Foram aprovados 152 projectos correspondentes a 6 milhões de euros de financiamento, e que se traduziram na realização de cerca de 750 actividades ao longo destes quatro anos, envolvendo cerca de 350 parceiros locais.

- **Contrato Programa CML-GEBALIS 2015-2017**

No âmbito do Contrato Programa 2015-2017 (Deliberação nº 398/CM/2015) celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a GEBALIS, E.M. foram identificados um conjunto de bairros e edifícios que carecem de intervenção prioritária no domínio da beneficiação, conservação e manutenção do edificado municipal para o período de 2015-2017. Da totalidade da verba afecta a este contrato programa (25 milhões euros para o período de 2015-2017) identificou-se neste horizonte temporal quatro níveis de investimento: Nível I - Investimento superior a 2 milhões de euros; Nível II - Investimento entre 1 milhão e 2 milhões de euros; Nível 3 - Investimento entre 500 mil euros e 1 milhão de euros; Nível IV – Investimento inferior a 500 mil euros. As bolsas territoriais identificadas concentram cerca de 65% do nível de investimento total previsto no referido Contrato Programa.

- **Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa**

Neste momento está em vigor o Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa 2013-2015 (PDS Lisboa 2013-2015, [link](#)), estando em desenvolvimento o próximo para o horizonte temporal de 2016-2018. O PDS é o instrumento de planeamento da rede social que formaliza o conjunto de opções e prioridades de intervenção para o universo de interventores e atores sociais. O PDS é um documento flexível e anualmente actualizável que formaliza a progressiva contratualização na Rede Social de Lisboa das intervenções e respostas que os diferentes níveis institucionais propõem.

O programa da Rede Social por sua vez baseia-se em pressupostos técnicos, organizacionais e institucionais que geram a convergência de interesses, dos procedimentos, dos instrumentos e das opções estratégicas num dado território. Esses pressupostos que incluem a integração das respostas e serviços do concelho de Lisboa no sentido de potenciar a inclusão social, geram um amplo movimento de concertação das tipologias de intervenção e de organizações protagonistas numa perspetiva de as adaptar ao território concreto e às suas necessidades.

O referido plano organiza-se por 5 desafios, cada um com acções concretas (27 no total) e onde se encontram definidas as metas e os responsáveis pela prossecução das mesmas:

- Desafio 1 – “Lisboa Território da Cidadania Organizacional”;
- Desafio 2 – “Lisboa Cidade Inclusiva”;
- Desafio 3 – “Lisboa Cidade Saudável”;

- Desafio 4 – “Lisboa Cidade do Empreendedorismo Social”;
- Desafio 5 – “Cidade das Redes de Inovação Social”.

O PDS é também utilizado como suporte para a monitorização e avaliação constante de novas oportunidades e necessidades de intervenção, não sendo assim um documento estático programador da intervenção a médio/ longo prazo, mas sim um sistema de atualização das prioridades e opções numa lógica de replaneamento contínuo.

- **DLBC – Desenvolvimento Comunitário de Base Local – “Rede DLBC Lisboa”**

Encontra-se neste momento em fase de negociação (correspondente à 2ª fase) a candidatura de **DLBC** existente na cidade de Lisboa (Candidatura “Rede DLBC Lisboa” - promovida pela associação “Rede DLBC Lisboa – Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa”), em que o investimento previsto para as Prioridades de Investimento **PI 9.6** – “Estratégias para o desenvolvimento local de base comunitária” e **PI 9.10** – “Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária” que totalizam 14 milhões de euros (PI 9.6: 8M€ + PI 9.10: 6M€).

- **“CLDS 3G - Vale de Alcântara” – Contrato Local de Desenvolvimento Social**

Existência de um Contrato Local de Desenvolvimento Social **CLDS 2015-2018** (CLDS 3G – Vale de Alcântara, dinamizado pela associação K’Cidade), que tem como principal objectivo a promoção da qualidade de vida dos residentes mais vulneráveis a situações de exclusão social através do reforço das condições de empregabilidade e resiliência comunitária. Este CLDS terá cerca de 5 acções (total de 10 actividades – 206.158,2€) no eixo do “Emprego e Qualificação”; 3 acção (total de 5 actividades – 130.822,0€) no eixo “Apoio Famílias” e 2 acções (total de 5 actividades – 113.019,8€) no eixo “Capacitação Sociedade Civil”, totalizando 450.000,00€ para o período 2015-2018.

- **Programa “Escolhas”**

O Programa Escolhas é um programa de âmbito nacional, que visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Este Programa estrutura-se em cinco áreas estratégicas de intervenção: a) Inclusão escolar e educação não formal; b) Formação profissional e empregabilidade; c) Dinamização comunitária e cidadania; d) Inclusão digital; e) Empreendedorismo e capacitação.

A existência de diversos projectos do “Programa Escolhas” em toda a cidade de Lisboa (12 no total), concentrando-se a maioria nas bolsas territoriais consideradas (9) traduz a pertinência de actuação junto das comunidades desfavorecidas em Lisboa. Nas bolsas territoriais consideradas existem cerca de 9 Projectos do “Programa Escolhas 5ª Geração”, sendo que três destes são desenvolvidos e implementados em parceria com o município de Lisboa e a área territorial de incidência também

coincide com três bolsas territoriais (*“Espaço Jovem da Quinta do Lavrado – LX-007/L/E5G” na Bolsa “A – Zona Oriental”; “ReTrocas – LX-048/L/E5G” na Bolsa “E – Bairro da Boavista” e “Campolide@Decide - LX-051/L/E5G” na Bolsa “C – Vale de Alcântara”*).

- **Projecto Europeu “USER”**

O Projecto USER ([link](#)) é de âmbito Europeu, co-financiado pelo Projecto URBACT II e pela CML, visa o envolvimento das comunidades locais na construção e melhoria do espaço público, que pretende incluir todos os cidadãos num processo participado de reflexão, intervenção, utilização e gestão do espaço público, para a promoção da coesão social dos territórios. Compõe-se por uma rede internacional de 9 cidades, designadamente: Grenoble, Cracóvia, Lisboa, Málaga, Pescara, Dresden, Lublin, Riga, Copenhague ([link](#)). Todas as cidades realizaram Planos de Acção Locais (PAL) participados pelas suas comunidades e discutidos na rede internacional. O projecto ao nível nacional alicerça-se numa rede de organizações em atividade no local, públicas e privadas, tais como as comissões executivas do GABIP Ex-SAAL e Autoconstrução e do Projecto USER, onde se encontram representadas a CML e as Juntas de Freguesias do Beato e da Penha de França, com o apoio das organizações locais, como são exemplo: as associações de moradores, os grupos informais de moradores, a iniciativa K’Cidade, promovida pela Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e a Fundação Aga Khan.

- **Rede inter-cidades “SINERGI”**

Desde Janeiro de 2014 que o Município de Lisboa integra a rede inter-cidades “SINERGI - Social Integration through Urban Growth Strategies”, liderada pela cidade capital da Macedónia – Escócia e financiado pelo Programa “Europe for Citizens” da Comunidade Europeia.

O objectivo principal desta parceria consiste em compreender os processos de desenvolvimento local das cidades envolvidas neste projecto (Lisboa, Turim, Zagreb e Escócia) e consolidar uma plataforma de conhecimentos e ferramentas que contribuam para uma evolução estruturada das mesmas. O projecto SINERGI pretende promover a partilha de boas práticas através da organização de actividades onde a troca de experiências e boas-práticas entre os representantes das universidades, autoridades locais e ONG`s contribuirá para o fomento e consolidação de estratégias e ferramentas fortalecedoras de uma melhor gestão da cidade e seus processos de regeneração urbana participada ([link](#)). No caso da cidade de Lisboa a Universidade Parceira é a Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa e o território de intervenção e estudo é o Bairro “Dois de Maio”.

8. Investimentos a realizar, realizações e resultados esperados

Os investimentos materiais propostos (PI 9.8) nas comunidades desfavorecidas em causa totalizam aproximadamente **6,075 Milhões de euros** de Investimento, e distribuem-se maioritariamente por operações de “Reabilitação integral de edifícios de habitação social e edifícios devolutos destinados a este tipo de habitação” (**≈78%**), existindo também investimento em operações de “Reabilitação de espaço público” (**≈5%**) e “Reabilitação e reconversão de equipamentos de utilização colectiva” (**≈17%**).

Investimentos a realizar no âmbito de operações de “Reabilitação integral de edifícios de habitação social e edifícios devolutos destinados a este tipo de habitação”

A operação de “reabilitação integral de edifícios de habitação social” (e respectivo número de fogos intervencionados) constantes do Contrato Programa CML-Gebalis e que serão consideradas no âmbito do PAICD de acordo com os critérios de elegibilidade, são as seguintes:

- Bairro do Condado - 2.600.000€ (182 fogos), situado na Bolsa A – Zona Oriental;
- Bairro 2 de Maio - 1.600.000€ (471 fogos), situado na Bolsa D – Ajuda;
- Bairro Padre Cruz – 800.000€ (76 fogos), situado na Bolsa F – Bairro Padre Cruz;

Estas operações totalizam um investimento total de **5,0 milhões de euros** e têm como meta a reabilitação de **730 fogos até 2018**.

No que diz respeito ao investimento total recorrendo ao Instrumento financeiro, disponibiliza-se uma “**Bolsa de Instrumento Financeiro**” com um valor de **1,5 milhões de euros** para a totalidade de territórios BIP/ZIP constantes na carta BIP/ZIP da Câmara Municipal de Lisboa ([link](#), 67 territórios BIP/ZIP).

Investimentos a realizar no âmbito de operações de “Reabilitação de espaço público”

A operação de “Reabilitação de espaço público” compreende diversas intervenções em espaço público na Bolsa A – Zona Oriental, desenvolvidas no âmbito do Plano de Acção Local para a zona de intervenção do Projecto Europeu “USER”. A maior parte das intervenções propostas são de requalificação de espaços vazios e abandonados nesta zona da cidade e compreendem a criação de parques urbanos, hortas urbanas e aprovisionamento de infraestruturas de apoio à fruição destes mesmos espaços públicos. Todas as intervenções têm como objectivo melhorar as acessibilidades pedonais e segurança pública, criando espaços de lazer e estadia inexistentes na zona em causa. As intervenções previstas em **espaço público totalizam 320.486,00€** e prevêm a **requalificação de 21.851 m2**, designadamente com a seguinte distribuição:

- Parque Urbano na Encosta Nascimento Costa – 131.170,32€ (7.000m2);
- Melhoria das Acessibilidades pedonais no Bairro do Horizonte – 97.165,44€ (5.857m2);

- Requalificação do espaço público da Encosta do Lavrado – 92150,46€ (8.994m²);

As metas e indicadores correspondentes apresentam a seguinte calendarização:

Nome do Projecto e Localização	Investimento	m ²	Calendarização (m ²)
Melhoria das Acessibilidades pedonais no Bairro do Horizonte - Requalificação Espaço Público	97.165 €	5.857	5.857m ² até 2018
Parque Urbano na Encosta Nascimento Costa	131.170 €	7.000	15.994m ² até 2022
Requalificação do espaço público da Encosta do Lavrado	92.150 €	8.994	

Investimentos a realizar no âmbito de operações de “Reabilitação ou reconversão de equipamentos de utilização colectiva”

A operação de “Reabilitação ou reconversão de equipamentos de utilização colectiva” compreende maioritariamente a reabilitação e reconversão de diversos equipamentos em “Casas da Cidadania – Casas Comunitárias”. Estes equipamentos multifuncionais e terão um papel de espaço âncora para à implementação das acções imateriais previstas para estas comunidades desfavorecidas, bem como albergarão e servirão de núcleo de apoio também a associações locais. No total compreenderão a requalificação de cerca de **2100 m²** e um investimento de **1.020.000,0€**.

Neste âmbito encontram-se previstos os seguintes investimentos distribuídos pelas seguintes bolsas territoriais:

- Bolsa A:
 - Requalificação de equipamento e sua reconversão para criação “Casa da Cidadania – Casa Comunitária” com Centro para a Empregabilidade “Pessoas Sem Abrigo” e Gabinete de Inserção Profissional no Beato-Marvila (250.000€ - 300 m²);
- Bolsa B:
 - Requalificação da “Casa Cultura da Ameixoeira” (420.000€ - 300 m²);
- Bolsa F:
 - Requalificação e Refuncionalização de equipamento existente para a criação do “Espaço LX Jovem” e “Casa da Cidadania – Casa Comunitária” (350.000€ - 1500 m²).

As metas e indicadores correspondentes apresentam a seguinte calendarização:

Bolsa	Nome do Investimento	Investimento	m ²	Calendarização (m ²)
B	Requalificação da “Casa Cultura da Ameixoeira”	420.000 €	300	300m ² até 2018
A	Requalificação de equipamento e sua reconversão para criação “Casa da Cidadania – Casa Comunitária” com Centro para a Empregabilidade “Pessoas Sem Abrigo” e Gabinete de Inserção Profissional no Beato-Marvila	250.000 €	300	1.800m ² até 2022
F	Requalificação e Refuncionalização de equipamento existente para a criação do “Espaço LX Jovem” e “Casa da Cidadania – Casa Comunitária”	350.000 €	1500	
Total		1.020.000 €	2.100	

Acrónimos

ACCRU - Áreas Urbanas de Recuperação e Reconversão Urbanística

AUGI - Áreas Urbanas de Génese Ilegal

BIP/ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária

CLDS - Contrato Local de Desenvolvimento Social

CML - Câmara Municipal de Lisboa

CSI - Complemento Solidário para Idosos

DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária

GEBALIS - Gestão de Arrendamento Social Bairros Municipais de Lisboa E.M., SA

IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP

PAICD - Plano de Acção Integrado para Comunidades Desfavorecidas

PDS - Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa

PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PER - Programa Especial de Realojamento

PIMP - Plano de Intervenção a Médio Prazo

PLH – Programa Local de Habitação

RSI - Rendimento Social de Inserção

SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local

Links úteis

Adjudicação da construção do Quarteirão Piloto do Bairro Padre Cruz:

<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1441031085A4iKU0jo4Qf78AO7.pdf>

Carta BIP/ZIP:

<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1296662615D3bGB5er5Wi19HJ6.pdf>

PDM de Lisboa:

<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal>

Plano de Desenvolvimento Social:

<http://lisboasolidaria.cm-lisboa.pt/documentos/1356003349A3vRJ2hr5Mq54CV7.pdf>

Programa Local de Habitação:

<http://habitacao.cm-lisboa.pt/index.htm?no=4010001>

Projecto SINERGI:

<http://www.sinergiproject.com/home>

Projecto USER:

<http://urbact.eu/user>